

# **Accção Realís ta**

**revísta  
quínzenal**

**| 23-24**

**PREÇO DESTA FASCÍCULO : 2\$000 RÉIS.**

Na séde da Acção Realista recebem-se donativos para a Assistencia aos Monarquicos Necessitados.

---

## SUMARIO

<i>Excerpto da «Resposta ao Sr. Bispo de Bragança e Miranda»</i> .....	por Alfredo Pimenta
<i>O Pensamento politico de Antonio Ribeiro Saraiva.</i>	por Castelo-Branco Chaves
<i>A divisão territorial portugêsa</i> .....	por Luis Chaves
<i>Politica Monárquica</i> .....	por F. G. Perry Vidal

### CRITICA & FACTOS

*Letras* — por João Ameal e Ernesto Gonçalves — *Vária*.

---

Toda a correspondência relativa à administração deve ser endereçada ao editor e gerente sr. Pedro E. da Camara.

---

A resposta do dr. Alfredo Pimenta ao senhor Bispo de Bragança deve sair logo que S. Ex.<sup>cia</sup> Reverendissima termine os seus artigos publicados nas *Novidades*.

---

MANUEL PEREIRA FIGUEIRA  
ERNESTO GONÇALVES

ADVOGADOS

RUA DO CRUCIFIXO, 50, 2.º — LISBOA

# AÇÃO REALISTA

REDACTOR PRINCIPAL : ERNESTO GONÇALVES

Redacção e Administração  
RUA DA BARROCA, 59, S/LOJA  
Telefone : C. 493

EDITOR E GERENTE  
Pedro E. da Camara

Assinaturas (Pagamento adiantado)  
SÉRIE DE 10 N.º — 10\$000 RÉIS  
Numero avulso — 1\$000 réis

## Excerpto da "Resposta ao snr. Bispo de Bragança e Miranda,"

24 de Agosto.

Ha trez dias que espero que o snr. Bispo de Bragança continue a sua resposta *contundente*. Hoje, dia do Diabo á solta, o snr. Bispo de Bragança deo-me, de novo, a graça da sua presença. O snr. Bispo faz proza como os pasteleiros fazem pasteis: com massa espessa, amassa, remassa, tremassa, e maça quem tem de o ler. Seja tudo por conta dos meos pecados... Falta lhe aquella perspicuidade dos espiritos claros pelo que, a gente, ao fim de alguns trechos da sua proza, cabaceia com somno invencível. Mas vamos lá a lê-lo e a commental-o.

Que diz o snr. Bispo de Bragança, na sua dose de hoje?

Começa s. ex.<sup>a</sup> Reverendissima por alludir ao facto de eu citar, no meo livro, logo de entrada, umas palavras das *Novidades* a meo respeito, concluindo que as cito «á maneira de thema de tudo quanto» me propunha escrever. Não, ex.<sup>a</sup> Reverendissima. Eu não as citei «á maneira de thema» de quanto me propunha escrever. V. ex.<sup>a</sup> Reverendissima não entendo. Eu já andava desconfiado de que v. ex.<sup>a</sup> Reverendissima era difficil no entender. E antes assim. Preferível é que se me exhiba tardo na comprehensão, a fingido — porque o fingimento fica assaz mal a um Bispo.

Eu citei aquellas palavras das *Novidades* — para que o mundo catholico em geral, e, já agora, o snr. Bispo de Bragança em especial, ficassem sabendo que quem escrevia aquelle livro não era um qualquer: era um homem que o orgão dos Prelados portuguezes considerava aquellas coisas lindas, aquellas coizas todas — e com toda a sua auctoridade de orgão dos Prelados. Entendo, agora, o snr. Bispo de Bragança? Pois não lhe levo nada pela explicação..

Toda a fastidiosa, e moída, e remoída materia da dose de hoje, pode resumir-se, por parte do meo adversario, em duas proposições negativas: a) Não foi a attitude dos Prelados portuguezes a causa da perturbação actual dos catholicos; b) Os Prelados portuguezes não prègam uma politica de adhesão á Republica. Estas duas proposições negativas podem traduzir se por duas outras affirmativas: a) Somos nós, os monarchicos, a causa da perturbação; b) Os Prelados prègam uma doutrina que não significa adhesão á Republica.

Vamos por partes.

## A perturbação dos catholicos

Eu disse: a causa da perturbação em que vivem os catholicos foi a attitude dos Prelados. O snr. Bispo de Bragança responde: não foi tal: a causa foi a attitude dos monarchicos.

Quem tem razão?

Quando a Republica se proclamou, em 1910, destruindo a Monarchia, é certo, mas atacando a Igreja em todos os seus reductos, em todos os seus elementos vitais, fundamentais e secundarios, assistio-se a isto que nem o snr. Bispo de Bragança e Miranda nem ninguém pode contestar: os catholicos formaram uma trincheira de defeza da Igreja e de ataque aos inimigos da Igreja. Ao publicar se o Decreto da Separação, os proprios Prelados escreviam que respeitariam a auctoridade e os poderes constituídos — *«mas só enquanto a obediencia fôr conciliavel com os infrangiveis deveres que nos impõe a nossa sagrada missão, e de modo que o respeito não degenerere em deserção do nosso posto e traição á nossa consciencia.»*

Isto foi, snr. Bispo de Bragança, em 1911.

Não havia então perturbação. Os monarchicos estavam onde estão hoje. Os catholicos estavam onde estão hoje: unidos, na defeza da Igreja, e no combate ao inimigo da mesma Igreja. Os parochos foram arrastados aos tribunais, como conspiradores. Os Prelados, expulsos das suas Dioceses, e desterrados.

Em 1919, quando o Papa dizia aos Prelados que *«por declaraçoens feitas confiava em que os Poderes do Estado em Portugal, hão de proteger e garantir a plena liberdade da Igreja, e o exercicio dos seus sagrados direitos para que assim possa realizar com toda a vantagem a sua missão divina»*, quando o Papa dizia isso, que lhe responderam os Prelados portuguezes? Responderam assim: *«No dia em que isto acontecer, cessarão todas as querellas, e os catholicos não se sentirão com o direito de se mostrarem inimigos das instituições publicas que nos regem.»*

Até aqui, ainda não ha perturbação nos catholicos. Os catholicos estão unidos na defeza da Igreja. O Estado declarara ao Santo Padre que ia proteger e garantir a plena liberdade da Igreja, bem como o exercicio dos seus sagrados direitos.

E, fiado nessas declaraçoens do Estado, quer dizer da Republica, o Papa dizia aos catholicos: *«obedeçam ao Poder civil, e acceitem, sem repugnancia, os cargos publicos a que sejam chamados ou lhes seja offerecidos.»*

Que responderam, ao Santo Padre, os Prelados portuguezes, em 4 de Fevereiro de 1920?

Responderam que sempre foram pacificas e respeitadoras as suas instrucçoens, como se vê nas Pastorais collectivas de 23 de Dezembro de 1910 e 22 de Janeiro de 1917; que por occasião da remodelação do Centro Catholico, em Novembro de 1919, ficou estabelecido que *«o Centro se abstem de quaisquer manifestações ou acção sobre forma de governo. Mas accrescentaram: «Se esta doutrina aliada não produzio entre nós todo o effeito que seria para desejar, é porque os catholicos não podem deixar de sentir, como filhos dedicados da Igreja, as injustiças e os vexames que têm soffrido e soffrem aliada o clero, os fieis, e as instituições religiosas.»*

E expoem, a seguir, a situação da Igreja que o snr. Bispo de Bragança define de *«menos atroz»*, indicando quatro leis e um etc., terminando elles essa exposição pelo reconhecimento de que se ha divergencias, estas são devidas a *«negar se aos catholicos a liberdade que a todos se concedem, mesmo aos perturbadores da ordem social.»*

E referindo-se ás declaraçoens que a Republica fez em Roma, ao Papa, os Prelados escrevem: «Oxalá que como foi referido a Vossa Santidade, nos seja concedida a desejada liberdade de maneira a não sermos tratados como estrangeiros na nossa propria patria. No dia em que isto acontecer, cessarão todas as querellas, e os catholicos não se sentirão com o **direito** de se mostrarem inimigos das instituçoens politicas que nos regem».

Temos, até aquí, portanto:

- 1.º) Os catholicos todos unidos no combate á Republica inimiga da Igreja.
- 2.º) Os Prelados aconselham acatamento e respeito, mas sentem muito bem que tal acatamento e tal respeito são impossiveis, por causa das injustiças e vexames de que a Igreja é victima.
- 3.º) A repugnancia por acatar e respeitar a Igreja por parte dos catholicos deve-se ao facto de ser negada aos catholicos a liberdade que se concede aos perturbadores da ordem social.
- 4.º) A Republica promette ao Papa que vai modificar a sua attitude.
- 5.º) O Papa, em face dessa promessa, aconselha acatamento e collaboraçãõ com os Poderes Constituidos.
- 6.º) Os Prelados affirmam que se isso se der, a paz será um facto, e os catholicos não terão o direito de combater a Republica.

Isto foi em 1920. Não havia perturbação nos catholicos; não havia desunião nos catholicos; não havia Prelados para um lado, e catholicos para outros.

Até aquí, até 1920, os Prelados não condemnavam os catholicos monarchicos: davam-lhes razão, reconheciam-lhes o direito de combater a Republica—pois que a situação da Igreja era vexatoria e injusta; pois que a Igreja não tinha nem sequer a liberdade que os perturbadores da ordem social gozam: pois que os catholicos eram tratados como estrangeiros na propria patria.

Estamos em 1925—e a situação da Igreja, em Portugal, é absolutamente a mesma. O sudario que os Prelados portuguezes expunham ao Papa, em 4 de Fevereiro de 1920, não soffre a mais pequena alteraçãõ. As promessas que a Republica fez ao Santo Padre não se realizaram; as suas declaraçoens foram palavriado mentirozo. O dia em que cessariam todas as querellas, pela effectivação das tais promessas, e das tais declaraçoens, não soou. Logo, o **direito que nos era reconhecido** de *combatermos a Republica*, mantem-se inabalavel, porque o que justificava esse direito persiste. Esse direito era uma consequencia de determinadas circunstancias. As circunstancias persistem, persiste o direito.

Foi a partir desta data que se começou a *dizer* que os monarchicos desobedeciam aos Prelados. Uns jornaizitos mais ou menos saloios alfinetavam os monarchicos. Um Prelado ou outro guerreava eleitoralmente os monarchicos. Consta-me que o snr. Bispo de Bragança semeava no *Semeador*, sementes azedas. No Centro Catholico, fallava-se feio contra os monarchicos. Mas tudo isto não era bem definido, e tinha todo o aspecto de tricas de quem não tem nada que fazer. A verdade, a pura verdade era esta: desde que as circunstancias que legitimavam o direito de os catholicos serem monarchicos se mantinham, evidentemente que se mantinha este direito.

E nisto se estava, quando aparece a *Declaração collectiva* de 14 de Fevereiro de 1925 que condemnava a *Epocha*, mas não exclue a cooperaçãõ dos catholicos monarchicos, e proclama já não só que *o Centro se abstem* de quaisquer manifestaçoens ou acção sobre formas de governo, mas que são *os seus adherentes que se abstêm* dessas manifestaçoens.

Os monarchicos estavam onde sempre estiveram. E os catholicos estavam onde sempre tinham estado. Unidos, todos, na defeza da Igreja, e no ataque ao inimigo

da Igreja. A *Declaração colectiva* de 1925 vem dizer aos catholicos filiados no Centro que suspendam o seo combate — e dá-se o primeiro elemento de perturbação grave. As Pastorais dos snrs. Bispo do Porto e de Bragança vão mais alem: estabelecem formalmente que só é bom catholico quem estiver filiado no Centro, o que quer dizer que só é bom catholico quem não combater a Republica.

E foi isto que lançou os catholicos na profunda perturbação.

Os catholicos estavam todos unidos na *defeza da Igreja* e no combate ao inimigo da Igreja. Para que vieram os Prelados portuguezes dizer aos catholicos que puzessem ponto neste combate, tornando quasi illuzoria aquella defeza? Os catholicos que se vêm «extrangeiros na propria patria» observam, horrorisados, que os seos Prelados condemnam a sua resistencia aos malfeitos que lhes negam a liberdade que é concedida «aos perturbadores da ordem social». Os catholicos, escandalizados, assistem ao triste espectáculo de os seos Prelados esquecerem que a situação da Igreja é feita de «vexames e injustiças.»

Quem os perturbou? Quem os desunió?

Diz o snr. Bispo de Bragança que sempre os Prelados tem exortado os catholicos a que pondo inteiramente de *parte divissoens politicas se unam no terreno religioso*. No **terreno religioso estamos todos unidos**. Não ha, entre nós, que me conste, a mais pequena divergencia, a mais leve *nuance* de divergencia, **em terreno religioso**. Somos um por todos e todos por um, quando se trata de materia religiosa, de defeza das imunidades da Igreja, dos seos principios, dos seos direitos, da sua acção, do seo prestígio, da sua actividade, e do seo lugar. Um por todos, e todos por um. Onde estamos divididos é no **terreno politico**. Porque os Prelados portuguezes, visto que nos prohibem uma determinada *politica*, vão favorecer a *politica* contraria á nossa, servem a *politica* contraria á nossa. E é isso o que nós *não queremos*. Ora essa politica contraria á nossa é contraria á nossa, não só sob o ponto de vista estrictamente politico, pois que é republicana, mas tambem sob o ponto de vista religioso, pois é **anti-catholica**. E os Prelados, com a attitude singular que tomaram, não fazem mais, em ultima analyse, de que servir essa politica anti-catholica. Se a Republica fosse verdadeiramente neutra, era um mal, porque não ha neutralidade diante de Deos; mas era um mal menor do que o desta Republica anti-catholica. Ainda se comprehendia o acatamento duma Republica sacrilega, por neutral.

Acatar uma Republica anti-catholica não é possível, como os Prelados reconheciam em 4 de Fevereiro de 1920. No terreno religioso, estamos todos unidos. Onde estamos desunidos é no terreno politico. Monarchicos catholicos e catholicos republicanos serão um só corpo e uma só alma — quando se tratar de reivindicar para a Igreja tudo quanto o Estado anti-catholico lhe roubou. Ergam os Prelados a sua voz, nesse sentido, e todos nós acorreremos ao seo appello. Mas transformados em arautos da Republica — não serão escutados. Nós obedecemos aos Bispos, dentro do ambito da Igreja. Mas na agitação politica, os Bispos não têm lugar, mórmente quando elles nos indicarem attitudes que se favorecem a commodidade pessoal de todos nós, são, nos seos resultados, totalmente contrarias aos mais sagrados interesses do catholicismo.

Sim, senhor Bispo de Bragança: se eu fosse pela mão do Centro só tinha a lucrar. Ou imagina o snr. Bispo de Bragança que eu tiro algum lucro da posição que occupo na politica do meo Paiz? Estou onde estou, não por beneficio pessoal, para conveniencia propria, mas porque entendo que sirvo, assim, melhor, a Causa de Deos e a Causa da Patria, que a Causa do Rei representa.

Diz o snr. Bispo de Bragança inefavelmente ingenuo: — é da responsabilidade do General a divisão que se dá entre os soldados obedientes e desobedientes ao Com-

mando? E' da responsabilidade de Deos a divisão que ha entre os homens que cumprem os seus mandamentos ou conselhos e os que os não cumprem?

Ai snr. Bispo de Bragança! Snr. Bispo de Bragança! Não lhe tremeo a mão, do sacrilegio? Não se lhe partio a pena, ao escrever a affronta? Então v. ex.<sup>a</sup> Reverendissima, por graça de Deos e da Santa Sé Apostolica, Bispo de Bragança, ousa comparar o commando do general, aos mandamentos e conselhos de Deos? São da mesma natureza o commando do General, e os mandamentos e conselhos de Deos, para que a obediencia que *devemos* a estes seja identica á que *podemos* dever àquelle? Ai snr. Bispo de Bragança, snr. Bispo de Bragança — o que lhe vale é ser Bispo e eu catholico...

Pois lho digo: é, sim, da responsabilidade do General, a divisão que se dá entre os soldados obedientes e desobedientes ao commando —, quando este é contrario á moral, á consciencia, á recta razão.

Pergunta-me o snr. Bispo de Bragança sempre inefavelmente ingenuo: — «será necessario condemnar toda a lei, todo o conselho, toda a direcção moral, para que não offereçam occasião a separarem-se os que obedecem dos que desobedecem?»

E eu respondo-lhe, nada ingenuo: Será necessario obedecer a toda a lei, a todo o conselho, a toda a direcção moral, para que não offereçam occasião a separarem-se os que obedecem dos que desobedecem? Até ás leis más, contrarias á recta consciencia?

Diz o snr. Bispo de Bragança que eu quero que os Bispos promovam a Paz — mas a paz do mundo, a paz da desordem, a paz da ruína, a paz da morte, uma pazada de pazes que tivesse como consequencia «continuarem os catholicos insensiveis aos males da Igreja ou a cooperar com elles»!

Já é desafôro Perdoe-me v. ex.<sup>a</sup> Reverendissima, mas já é desafôro. Então os catholicos têm estado insensiveis aos males da Igreja, ou têm contribuido para elles desde 1910 até 1925 — com os parochos poleados, os prelados desterrados, as ordens religiosas expulsas, a Igreja na mais vexatoria e injusta situação em virtude da acção dos monarchicos? Então nós que estamos aqui a sacrificar-nos, no combate ao inimigo da Igreja, temos estado insensiveis aos males da mesma? Quando, ha mezes em Coimbra, eu proclamava a necessidade de uma mais intensa e forte acção catholica, e os correligionarios politicos do snr. Bispo de Bragança, me vaiaram, com morras a Deos e fora os jesuitas — era por insensibilidade deante dos males da Igreja? Insensiveis deante desses males me parecem os Prelados, que me mandam respeitar, acatar o inimigo da Igreja, e acceitar os altos cargos que esse mesmo inimigo confere.

A Paz que eu quero — não é a de hoje, não é a minha, a do meo corpo, a da minha conveniencia — a unica que a politica dos Prelados pode alcançar e tem alcançado: a Paz que eu quero, é precisamente a das consciencias portuguezes, a paz da Nação, a paz do futuro, das geraçoens que vêm — e essa só se alcança se destruímos a Republica, a inimiga da Igreja, que nos concede tudo, da primeira, mas nada concederá, a não ser pela força, da segunda.

Pergunta o snr. Bispo de Bragança quem é que tem obrigação de se abster de dar instrucçoens aos catholicos: nós ou os Prelados? Um aventureiro leigo como eu (ai Semana Santa! Semana Santa!) ou os Bispos?

Eu nunca quiz dar instrucçoens. Eu nunca dei instrucções.

O snr. Bispo de Bragança faz-me um grande favor em não argumentar assim — para eu não estar aqui constantemente com a preocupação de não deixar resvalar a minha pena para o terreno escorregadio em que o snr. Bispo gosta de se exhibir. Sejam serios, e discutamos a serio. Eu nunca quiz dar instrucçoens, eu nunca dei instrucçoens. Discuti as *instrucçoens politicas* dos Prelados; analysei os seus argumentos, as suas razoens. Porque quem apresenta argumentos e razoens é para convencer. E,

assim, sujeita-se a que a esses argumentos e a essas razões outros argumentos e outras razões se opponham. Prova evidente de que aquellas instrucções não são dogmáticas, infallíveis.

Porque o que é dogmático e infallível não se apresenta com argumentos e razões. As *instrucções políticas* dos Bispos portugueses pretendem demonstrar. E eu pretendi demonstrar. O snr. Bispo de Bragança, por ora, não me demonstrou que a minha demonstração era falsa: antes pelo contrario. Eu não dou instrucções. Discuto, para esclarecer, as que me dão. Se eu não devo discutir-as, proibam-me expressamente de o fazer, — mas não me insultem, e não me faltem ao respeito, como o snr. Bispo de Bragança. De resto, *instrucções políticas*, podia dal as, pelo menos com tanta auctoridade como o snr. José Lopes Leite de Faria.

O snr. Bispo de Bragança, revelando defeitos lastimáveis de pensamento, usa e abusa das comparações, como se as comparações demonstrassem qualquer coisa. E pergunta se o responsável de uma porta ser arrombada é quem a arromba ou o dono da casa que a tem fechada. Deante destes processos de argumentação, as *Novidades* cahem estarecidas, e chamam-lhes fulminantes! E eu que não fiquei fulminado, digo ao snr. Bispo de Bragança: conforme, *distinguo*: se o dono da casa tiver lá recolhido um malfeitor que a auctoridade persiga, — o responsável da casa ser arrombada é o dono da casa — não tenha duvidas; como se tiver retido bens que não lhe pertencem, ou uma pessoa qualquer em carcere, etc.

Chama-me o snr. Bispo de Bragança (ai Semana Santa! Semana Santa!) «leigo invasor da jurisdicção espiritual».

Onde e quando invadi a *jurisdicção espiritual* dos Bispos portugueses? Se ha invasores. — não sou um delles, pois que na *jurisdicção espiritual* limito-me a obedecer. Agora, na *jurisdicção política* — santa paciencia, tenho cá o meo lugar, e delle não abdicó.

Pelo exposto se vê que a causa da perturbação dos catholicos está na transformação duma causa essencialmente religiosa, numa cousa manifestamente politica, transformação que se deve á attitude dos Prelados que proclamaram que não era só o Centro que se abstinha das questões do regimen, mas passariam a abster-se dessas questões os adherentes do Centro. E como as questões de regimen são meramente politicas, vindo-se dizer, como se disse, que só é bom catholico quem se abster de essas questões, evidentemente que se transformou o que era religioso em questão politica. D'ahi, a perturbação profunda que agita os catholicos, e os afasta dos Prelados — nesta materia.

.....

*Alfredo Pimenta.*

**N. da R.** — A publicação do livro do nosso querido amigo e colaborador dr. Alfredo Pimenta, editado pela Acção Realista Portuguesa, «A Republica portuguesa em face da Igreja Catolica, e a politica do Centro Catolico», constituiu um grande acontecimento politico cujas vantagens é inutil encarecer. Alfredo Pimenta desfez o *mal-entendido* politico que lavrava entre os catholicos portugueses. De futuro, só não verá quem não quizer ver... Aquela obra sóbria, honesta, magistral, vem retorquir o sr. Bispo de Bragança nas colunas das *Novidades* em termos infelizes e impróprios da dignidade dum Prelado. Alfredo Pimenta replicará num livro em preparação. São desse seu trabalho as páginas que atraz publicamos e para as quais chamamos a attenção de todos os catholicos portugueses.

# O PENSAMENTO POLITICO

DE ANTONIO RIBEIRO SARAIVA

« ...alguem que não achou ainda quem lhe levantasse a sua alta e incomparavel figura. Refiro-me a Antonio Ribeiro Saraiva, sem duvida, no desordenamento criador das suas raras qualidades, um dos portuguezes mais completos do seculo passado. Vêmo-lo apenas através do seu migueilismo pertinaz, intransigente. É preciso, porem, vê-lo através da sua prodigiosa actividade, do seu fecundo pensamento politico, das suas verdadeiras concepções de homem de Estado.»

*Antonio Sardinha.*

Quando um dia se fizer a historia do pensamento politico portuguez contemporâneo e se avaliarem as suas origens e causas, a figura de Antonio Ribeiro Saraiva surgirá como a de um precursor e um mestre. <sup>1</sup> Mestre só tarde reconhecido e cuja obra, por muitos titulos valiosa, jazeu durante algumas décadas esquecida e relegada, apesar de conter em si ensinamentos valiosos, sugestões preciosas e ser ainda, alem de tudo o mais, um rico documento de informação e *contrôle* para a historia da nossa vida politica no século XIX. <sup>2</sup> Poucos, no seu tempo, revelaram, como êle tão incontestavelmente revelou, um tão poderoso genio politico, aliado a uma tão forte tempera de character — desse forte character portuguez que Sá de Miranda sóbria e concisamente caracterizou :

*Homem d'um parecer  
D'um só rosto, uma só fé,  
D'antes quebrar que torcer,*

.....

Por isso, talvez, Saraiva ficou sendo o nosso ultimo diplomata á velha maneira, numa epoca em que a diplomacia, influenciada pelo romantismo, apresentava como figurinos e como modêlos um Metternich, um Talleyrand e entre nós um Palmella. Cortada a sua carreira diplomática que prometia ser brilhante, pela queda do governo de D. Miguel, Saraiva manteve ainda, mercê do seu genio de diplomata, a causa do rei proscrito com dignidade e por vezes com brilho, perante as chancelarias estrangeiras. Tenho para mim, que se durante o governo de D. Miguel o que era simples encarregado de negocios em Londres, tivesse ocupado uma situação influente e de preponderancia politica dentro de Portugal, talvez, apesar da gente e do meio que cercavam o rei serem pessimos, <sup>3</sup> as coisas não tivessem ido na maré de desorientação em que foram. Garantem-no as suas observações sobre os

acontecimentos registadas no *Diario* e o acerto e energia com que fazia incidir os protestos, que nem poupavam a côrte nem recuaram deante do panfletarismo furibundo de José Agostinho de Macedo que assim referia o caso a Frei Joaquim da Cruz: — A «Besta» não sae, aqui m'o veiu dizer na minha casa Antonio Ribeiro Saraiva, que a elle se devia a suppremissão pelo que mandara de Inglaterra, pois representara que d'aqui iam retalhos da «Besta», que fallavam dos inglezes, traduzidos em inglez, que retardavam o reconhecimento...» (Obras Ineditas de José Agostinho de Macedo, 1900. A. R. das Sciencias, pag. 49).

Espirito culto e mentalidade equilibrada, repugnavam-lhe todos os excessos e o desenfreado jacobinismo branco que desacreditava o governo de D. Miguel em cuja pessoa, ele, com a *élite* dos publicistas e políticos não liberais ou anti cartistas, via a realização da organica constituição portugueza. Porque (cumpre desde já esclarecê-lo) o seu «miguelismo» não era só a devoção á legitimidade do rei, mas principalmente á legitimidade dos principios que lhe tinham dado a corôa. A attitude de Saraiva representa acima de tudo e alem do mais um inteligênte e consciante protesto contra essa ludibriosa solução da crise portugueza, a *carta* de D. Pedro. Ninguém como êle (e vê-lo-emos ao correr deste pequeno estudo) foi inimigo da monarquia absoluta, trabalhando e apregoando uma eficaz reforma no nosso organismo politico e economico que a sua clara visão e bem organizada mentalidade se recusava a encontrar no diploma do imperador brasileiro. Poucos, por tudo isto, tão rigorosamente precederam e enunciaram, *avant la lettre*, as modernas doutrinas monarchicas como Antonio Ribeiro Saraiva e por isso se me afigura de vivo interesse e actualidade evidente o estudo da sua personalidade, do seu pensamento e da acção que desenvolveu quer como diplomata, quer como lugar-tenente de D. Miguel. E escrevendo estas linhas evoco um passado recente em que Antonio Sardinha e eu nos dedicámos ao estudo da curiosa figura de Saraiva, reunindo elementos para um trabalho comum que havíamos chegado a planear e que assim ficou privado da sua melhor e mais brilhante parte, pela morte daquele de nós dois que era o unico que se encontrava á altura da tarefa. Na falta desse estudo ficam estas ligeiras notas e outras que porventura lhes junte, conforme me forem permitindo os afazeres e os dissabores.

## I

No primeiro volume de uma obra quási ridícula á força de desconexa e politica — *Saraiva e Castilho* — o antigo diplomata de D. Miguel auto-biografa-se em varias passagens, ingénuas por vezes, mas sempre ricas em valor historico e psicológico. Aproveitando algumas delas para este pequeno trabalho, começarei por aquella que vem inserta na carta a A. F. de Castilho, de Fevereiro de 1860; «Perguntas me onde nasci? — Na mul antiga vila de Sernancelhe, comarca de Trancoso, Beira Alta — que creio é tambem onde nasceu o celebre Marquez de Pombal; terra, portanto, se não estou n'aquella crença enganado, capaz de produzir gigantes e pigmeos. Queres saber os meus titulos soclaes, litterarios, ou de qualquer outro genero» — Graças a Deos, nenhuns tenho, de qualidade alguma salvo o de Fidalgo Cavaleiro, que meu Pai me ganhou não creio que com más bullas — e me deixou; mas foi preciso que tu me fizesses a pergunta, para me recordar d'esse mesmo. Podia ter ordens e outras cousas, mas nunca as quiz aceitar; só tenho uma Comenda estrangeira, que não podia rejeitar sem descortezia, porem que

*nunca puz — de que nunca usei nem o titulo nem o habito»* (Saraiva e Castilho — *A proposito de Ovidio* por A. S. Saraiva — 1862, pag. 168-169)

Da sua infancia e da terra natal guardou sempre Antonio Ribeiro Saraiva uma enternecida lembrança que no voluntário exílio lhe provocaram algumas das suas mais curiosas composições poeticas, aquellas que porventura foram o melhor da fraca obra literaria que quasi quotidianamente produzia. <sup>4</sup> Refiro-me aos poemetos que veem insertos no segundo volume da atrás citada obra [Saraiva e Castilho (Segunda Parte) *A proposito de muita coisa* por A. R. Saraiva, 1877] com os titulos já de si tão evocativos ; o *Natal na minha terra — O San-João na minha terra* e o *Carnaval na minha terra*. Estes poemêtos que eu aconselho a um etnógrafo inteligente e onde Sardinha quiz vêr uma curiosa manifestação de literatura romantica, explicam-nos em grande parte o nacionalismo de Saraiva e revelam-nos a génese da sua fisionomia moral. Essas lembranças de um passado tão caracteristico e para si tão representativo, dão-lhe um sentimento de revolta quando se lembra que no presente tudo vai caindo e descaracterisando-se no mesmo incaracteristico padrão

! Quanto agora lhe hei notado  
Diferença bem sensivel,  
Ao evocar um passado  
Que é já futuro impossivel ! . . .

Liberalismo estouvado,  
Que tudo o que é bom desterra,  
Consta-me haver desterrado  
O Nata[ da minha terra.

Este amôr a um passado que tinha na sua memória deslumbradoras perspectivas, a saudosa ternura pela sua terra cuja lembrança êle cultivava com desvelados carinhos e acrisolados cuidados, as fortes sugestões de hierarquia social, recebidas de uma familia que a cultivava, formaram-lhe uma intelligência, uma moral e uma sensibilidade harmónicas e superiormente equilibradas, de tal maneira que nos assombra e seduz a coerencia que Saraiva apresenta entre os actos da sua vida e as conclusões do seu pensamento. Acreditando em si e tendo a noção que o homem vale não como simples gosador ou expiatória victima do ambiente social e moral em que se encontrou, mas especialmente como elemento de melhoramento desse mesmo ambiente, Saraiva não é um pensador estatico ou seja um aceitador de fórmulas e situações existentes mas uma livre e reagente mentalidade que observa e critica, julga e emenda. Por isso este tradicionalista considera que só são dignos das culminancias sociais os homens competentes e largamente treinados na teoria e na experiência. Quando êle vem a Portugal e se encontra, em Queluz, com a côrte de D. Miguel, êle e ela, frente a frente, são um simbolo do dilêma em que se encontrava a causa que ambos serviam. Saraiva vendo a situação com clareza e com aquele pessimismo que resulta da análise e da aspiração ao melhor, clama por um governo a sério ; a côrte, vivendo á larga, encarando tudo com um inconsciente optimismo, acha magnifico o mau governo em que se mantem a Nação. A parábola do morgado tólo e do homem de profissão média, mas de assisado governo e regrada economia que Saraiva inventa para exem-

plificar perante a côrte miguelina o seu pensamento sobre a situação portugueza é de uma profundidade assombrosa e de um profetismo acertado, ao mesmo tempo que revela nêlo o homem de visão positiva e clara que sempre foi : «*Ha um morgado tolo, disse eu, que possui uma casa, deixada por seus antepassados e que estes construíram com sua nobreza e indicando no modo e estrutura, haver sido feita por gente de bem e importante ; porém o possuidor actual, desgovernado e mal criado, tem tudo em abandono, chove na sala das visitas, assim como nas outras, o sobrado está esburacado a parede sem cal, as fazendas mal cultivadas ; finalmente, tudo o que lhe pertence é a imagem da desordem ; deve ao carniceiro, ao padeiro ao sapateiro, e com dificuldade paga o que deve, porque se não sabe governar. Que succede ? Que ninguem que tenha juizo querer contractos nem relação com êle, porque teme todo o mundo que êle lhe peça um cruzado novo por exemplo, e que, por vergonha, seja qualquer obrigado a emprestar-lho, quando não ha esperança de que o pague. Assim acontece que, apesar da sua nobreza de sangue, ninguem faz caso dêle, nem com êle quiere contratos Ha porém, um homem lavrador, ou doutra profissão das médias da sociedade que, pela sua indústria governo e assisada economia tem junto alguns bens, fez a sua casa, não magnifica mas jeitosa, que conserva bem reparada e caiada ; vae-se a sua casa, trata civilmente e com abundância se não com pasto, os seus hospedes, tem as suas fazendas bem cultivadas, os seus negocios em bom pé, tem mesmo de reserva alguns tostões, com que pode valer a um amigo numa precisão ; finalmente é o retrato da ordem e boa economia. Todo o mundo, ainda personagens, saudam com estima e consideração este homem e busca se ou estima-se a sua amizade, não ha dificuldade a tratar com êle, etc. Ora Portugal é o morgado tolo...*» (Diario, de Ribeiro Saraiva — 1831-1888. Tomo I, Lisboa, 1916, pag. 52-53).

A aptidão e a coragem que possuia para encarar um problema social, dissecá-lo e resolvê-lo, cortando a direito, sem tibiezas nem comodismo, o desinterêsse que o caracterisava e a honestidade moral que era um dos seus apanágios, teriam feito dêle, se tivesse tido o governo, um Mousinho da Silveira sem ideologias perturbadoras. A firmeza do seu character impediu-lhe toda a acção efectiva na politica do seu país, uma vez que a causa a que se encontrava ligado foi vencida. Não deixou por isso de manifestar o vigôr da sua intelligencia e aptidão politica que tão bem se revela na direcção que imprimiu á causa legitimista enquanto a orientou. Póde dizer-se que, desde o dia em que essa direcção lhe foi retirada, o partido legitimista entrou na agonia. E não se julgue que exagero. Quando um dia a nossa historia contemporânea se fizer com seriedade e proficiência, ao analisar-se o que foi o movimento revolucionario chamado da *Maria da Fonte*, ver-se-á com nitidez o papel que Saraiva nêle desempenhou e como com mais inteligentes auxiliares e sem a intervenção da quadrupla aliança o plano do lugar-tenente de D. Miguel teria vingado. O proprio Saraiva assim se refere ao ponto, prometendo sobre êle um trabalho que fundamentaria em documentos *incontrovertíveis* e que não julgo perdidos : «*Era o meu improvisado, escrito dois mezes antes. — «Quid Faciendum ? — Considérations offertes aux Parlis Portugais muintenand coalisés dans un intérêt national» — que acabava de despertar no Reino o Miguelismo ou o Legitimismo, entorpecido ou quasi moribundo — como os papeis e recordações d'esse tempo irrefragavelmente o testificam : donde nasceu e se seguiu toda a mais vida que a Nação Legitimista (não se trata da «Nação» papel) depois manifestou, e que occasionou a nova injustiça da infame «Quadrupla Alliança», em 1847. Foi pelos effeitos d'esse papel improvisado, que os nossos expatriados em Roma (os quaes antes nem queriam se mencionasse lá o meu nome) —*

que El-Rei mesmo — então recorrêram a mim ; e desse recurso se seguiu a vinda de Sua Magestade para Londres, com todas as suas consequencias, e se seguiria a Restauração Legitima, então infalivel (na minha opinião, e com bons fundamentos), sem a incapacidade e perfidia do flibusteiro Macdonell, e outros inconvenientes depois O quê, se Providencia me der vida e meios, ou me ajudar com elles o público, que vem a ser a mesma cousa, se poderá pôr em pratos limpos, com provas e documentos incontrovertiveis.» [Saraiva e Castilho (Segunda Parte) nota á pag. 37].

Na organização do plano restauracionista, Saraiva revela a tempera de sua energia. Animado por um pensamento político defenido e mantido por uma fé inquebrantavel na virtude dos princípios que apregoava e defendia, não desanimava, apesar de todas as intrigas, adversidades e ingratições. Pecou sempre por um excesso de doutrinário político que lhe não deixou vêr que a crise nacional não era apenas de origem política, mas também e muito especialmente de origem economica. Este aspecto do problema apenas o entreviu, mas só o exercício do governo, o contacto directo com o meio e o momento nacional lho deixariam olhar em toda a sua extensão e complexidade. Longe da Pátria, envelhecendo, trabalhado por desgostos e privações, foi-se pouco a pouco anquilosando numa attitude que, pela sua rigidês, passou a ser de teima.

O seu pensamento político não deve, porém, passar desapercibido neste momento em que se estudam (e será bom que se critiquem) os tratadistas e publicistas monarchicos do começo do seculo XIX.

## II

No confuso espectáculo em que se nos apresenta a sociedade portuguesa dos principios do seculo XIX, um facto ha que traduz uma colectiva aspiração: Todos pedem uma reforma. A nação desorientou-se com a recente perda do Brasil, base da economia nacional, e todos esperam que nessa almejada reforma esteja o remedio eficaz para a grave perturbação que estava sofrendo o nosso organismo economico. E o português, sempre inclinado a substituir a acção pela palavra, começou a confiar tudo da «reforma». Essa messianica reforma surgiu, enfim, um dia e foi a palavrosa, ingénua e disparatada constituição de 22. «A constituição de 22, diz o meu amigo sr. António Sergio no seu excelente «Bosquejo da historia de Portugal», é uma ingénua vestimenta debaixo da qual a sociedade fica a mesma de até aí; agora, porém, ou voltava o Brasil a ser colónia, ou havia de se modificar a estrutura da Nação» (ob. cit. 1.ª ed. pag. 55.) E isto era o importante, o inadiável, — havia que modificar a estrutura da Nação uma vez que o Brasil se fôra para sempre. Mentalidades primárias, no geral, os bons liberais confiaram tudo dessa constituição e nem o seu falhanço completo e desde a primeira hora inevitavel, os esclareceu e dela os desviou. A Nação necessitava reformas efectivas e esses bons liberais davam-lhe reformas imaginárias. Por isso na Carta de lei de 4 de Junho de 1824 se afirma, a propósito dessa constituição de 22, que «não pode ser util a uma nação aquella forma de governo que não tiver a maior conformidade com o seu character, educação e antigos usos, e será sumamente arriscado, e quasi sempre impraticavel, a tentativa de a introduzir e querer reduzir a um costume geral, os costumes particulares das nações.» Esta consideração que de certo foi formulada por um dos elementos da «elite» monarchica do tempo traduz a séria orientação que devia ter pautado a obra

dos reformadores que, fugindo dela, fizeram *á-priori* uma sociedade nova, com os vícios da antiga acrescentados e agravados.

Seria longo enunciar e comentar as diversas tendências do pensamento politico de então e até onde qualquer delas disciplinada e orientando um plano de acção, serviriam o interesse nacional. Fazendo-o, transporia os modestos limites destes apontamentos. Basta, porém, que estudemos o pensamento politico de Ribeiro Saraiva para que adquiramos a convicção que a causa de D. Miguel não foi apenas uma demagogia feroz. Foi, é certo, uma causa mal orientada e mal servida, mas pelos erros que cometeu e que a victimaram, não lhe neguêmos a glória de uma finalidade superior a que aspirou,

Em vespéras da Convenção de Evora-Monte e portanto ainda como agente diplomático de D. Miguel, Saraiva numa conferência com Lord Grey, *premier* da Gran Bretanha, afirmava, esclarecendo-o sobre a situação portuguesa que *«la Légitimité ne consiste pas seulement en ce que Don Miguel soit la personne qui occupe le trône, mais en ce que les véritables Contracts Sociaux, le véritable Droit Public Portuguais, la Constitution National soient observés.»* A' manutenção e observação dessa Constituição Nacional e dos contractos sociais a que aludia, se ligava especialmente o conjunto das suas ideias politicas. *«Evidentemente, diz António Sardinha comentando a passagem acima transcrita, que se referia ao «pacto» dos jurisconsultos de Seiscentos, — pacto não votado, mas inscrito pelos costumes do povo português nas paginas da sua historia. Por outras palavras o significaria a D. Afonso VI o secretario de Estado Pedro Vieira da Silva, ao ponderar lhe «que ainda que os reinos pertencessem por direito de sucessão aos soberanos; eles não podiam tomar posse do governo sem terem cumprido primeiro por um acto publico as antigas leis e cerimonia da nação. pois a autoridade não se comunicava senão em virtude de semelhante acto que lhe servia de titulo para presentes e vindouros.»* (Pref. 2.<sup>a</sup> Ed. Memorias e Alguns documentos para a Historia e Teoria das Cortes Gerais do 2.<sup>o</sup> Visconde de Santarem — 1924, pag. C L) Constituição não como a tinham arquitetado os homens de 20 nem estatuto semelhante, como a Carta Constitucional de D. Pedro, que Saraiva considerava *«mot-a-mot une servile copie de la Constitution Brazilienne, sauf dans quelques articles. où cela ne pouvait absolument se faire, comme dans la description du territoire, et de la famille royale»* (Memorandum d'une Conference etc.) mas a «nossa verdadeira e bellissima Constituição Portuguesa Antiga» que para ele era na sua filosofia, vantagens e sabedoria muito superior á Constituição Inglesa (conf. Saraiva e Castilho. Segunda parte, pag. 85). Pensou até, em, sobre ela, realizar um trabalho de alcance e valor (vid. loc. cit.). Fóra dessa Constituição, ou seja fóra dessa norma tradicional e organica da vida social do nosso povo, não pode haver para êle governo serio e de bons resultados reais, pois ficarão fóra da capacidade assimilativa e da formação social do português. *As minhas boas cartas sam principalmente, a «Natureza das cousas e dos homens; e dos Portugueses, mais especialmente.» A indole, as propensões, os habitos, as preoccupações de um povo; as idéas que elle têm, que elle entende sem mais trabalho, porque se criou com isso; as recordações do com que estêve familiarizado desde que nasceu; tudo isso pesa do meu lado na balança.»* (Saraiva e Castilho — Segunda parte, pag. 80-81.) A Constituição que defende é aquela que se funda «nas antigas instituições da Monarquia» pois só assim poderemos estabelecer «uma Constituição á maneira da inglesa». (Diario — 2.<sup>o</sup> vol., pag. 169) Ele

quere que a Nação volva á legitimidade nas *cousas* e nas *personas* (Diario — 2.º vol. pag. 161). Especialmente á das *cousas* que regularizará até o exercicio do poder porque «*dés que le Prince (même s'il avait le droit légitime au trône) se joue des susdites conditions* (referia-se ás da lei fundamental da Monarquia), *à l'observance desquelles il est tenu, de son côté, d'une manière aussi sacrée au moins que les autres citoyens, peut il alors en exiger l'obéissance? peut-il la demander par la force? peut-il obliger à lui payer les impôts?*» (Memorandum d'une Conference).

Conhecedor da estrutura social e juridica da Nação, não condena a Carta de D. Pedro por apêgo á monarquia absoluta, que considerava terminada com a proclamação de D. Miguel, feita segundo o direito tradicional português, pelos três estados do reino. «*Será para declararem, que a corôa pertence ao Senhor D. Miguel? Ora não ha leveza tamanha! Nenhuma eleição, desde o principio da Monarchia, foi mais livremente feita, do que a dos Procuradores dos Povos, para as Côrtes de 1828, que declararam os reais direitos á corôa destes Reinos pertencentes ao Senhor D. Miguel. Para esta decisão dos Tres Estados do Reino, em quem reside unicamente o poder de pronunciar o seu juizo, fundaram-se nos numerosos exemplos de Historia, etc...*» (Carlos Babo — «A Sombra de D. Miguel» — pag. 82). D. Miguel está, por isso, no seu conceito identificado com os principios: «*Mais aujourd'hui le Roi lui même est convaincu plus que personne du devoir, en même temps que la nécessité imperieuse, de rétablir en son plein exercice et fonctions naturelles, toute la belle organisation de notre noble et admirable Constitution ancienne, purgée des formes absolues, et hérétogènes, que le Pombalismo (en vertu d'une sorte de dictature, peu être nécessaire dans les circonstances alors) y avait introduites au milieu du siècle dernier*» (Memorandum d'une Conference...) A monarquia absoluta, introduzida pela dictadura de Pombal, peca, pois, no seu entender, por essas formas absolutas e heterogeneas dentro das quais não ha ambiente salutar para a vida de um povo. E é de acôrdo com estes principios que recusa a Carta como um atribiliario e despótico acto de governo. (Vid. Diario 2.º pag. 150). A sua firme attitude politica provem assim de uma consciante noção e certeza dos principios que defende acima ainda da pessoa do Rei.

Quando depois da rendição da praça de Almeida, os legitimistas coligados com os Setembristas andavam preparando o golpe revolucionario que teria a sua eclosão na *Marla da Fonte*, os dirigentes do Partido, em Lisboa, enviaram a D. Miguel as propostas de uma reforma na Constituição tradicional da Monarquia e de algumas modificações a introduzir na doutrina da causa. A este documento onde ha claras manifestações de influencia liberalista e onde quasi se reduz o móbil da restauração só á reposição de D. Miguel no trôno,<sup>7</sup> respondeu Saraiva firmemente, defendendo e proclamando os principios acima de todos os fracos exitos immediatos e baixos conluios politicos:

«*As propostas que a V. Ex.ª foram de Lisboa transmitidas, e a que V. Ex.ª respondeu com tanta solidez e Juizo, envolvem... o perigo de deixar na Restauração a peçonha revolucionaria, que viria finalmente a corrompel-a de novo...*» (Carlos Babo — «A Sombra de D. Miguel», pag. 65-66).

«... legislar despoticamente contra os proprios principios annunciados ao facto de os de Lisboa estarem captivados d'aquellas insidiosas idelas, embora inocentemente quanto a intenções Ou um falso irmão disfarçado entre os realistas, quer leval os a servirem de escabello ou de fulcro á Revolução com as roupas de Septembrismo; ou a ignorancia e superficialidade de algum realista sem dar por isso está



culo XIX, graças ás situações especiais em que esse homem se encontrou. O sr. dr Julio Dantas intelentemente o reconheceu e a cultura do nosso país dever-lhe-ha de futuro o serviço de ter feito adquirir parte do espolio de Saraiva que hoje se conserva na Biblioteca Nacional.

<sup>3</sup> «Apesar da gente e do meio que cercavam o rei serem pessimistas» — sobre esta afirmação vide o que diz o próprio Saraiva no seu *Diario* — Vol I, pag. 48 a 72. A descrição da corte de Queluz é de grande valor historico.

<sup>4</sup> Saraiva tinha-se imposto a tarefa de fazer poesia diariamente. Chamava-lhe «Musa Quotidiana» Toda a sua obra poetica é despiada de graça e talento literario estando muito longe de alguma vez ter atingido a beleza.

<sup>5</sup> Sardinha no prefacio á 2.<sup>a</sup> edição das *Memorias e alguns Documentos para Historia e Teoria das Cortes Gerais*, pelo 2.<sup>o</sup> Visconde de Santarem, alvitra, com fundamentos verosimeis, que seja esta lustre representante da nossa cultura o autor da Carta de Lei de 4 de Junho de 1824. Consulte loc. cit. pag. 176 a 179.

<sup>6</sup> Saraiva nas suas instruções de 24 de Junho de 1843 esclarece assim este ponto: «6.<sup>o</sup> — Que cumprirá, pois, emprehender-se brevemente um esforço nacional para por tal restabelecimento se restituir ao povo portuguez e ao monarcha legitimo o livre exercicio dos seus distinctos e respectivos direitos, qual a dita excelente Constituição os estabelece, forma e sanciona: garantidos, 1.<sup>o</sup> nas cortes de Lamego; 2.<sup>o</sup> nos assentos constituitivos subsequentes dos trez estados do Reino, e leis que lhe são relativas; 3.<sup>o</sup> nas mui sabias e venerandas antigas constituições, municipais, consultivas, administrativas, judiciaes, etc., como tudo esteve ainda em plena pratica e exercicio no reinado do Senhor D. Pedro II.»

<sup>7</sup> Estas curiosas *Reflexões* encontra-as o leitor transcritas na integra no livro do sr Carlos Babo — *A Sombra de D. Miguel*, em pag. 54 e seguintes.

*Dez anos depois, em 1891, ou antes, no fim do ano de 1890, perguntava-me, a mim, Rodrigues de Freitas, no Porto, e na sua casa da Rua do Sol:*

*— Que tal é, em verdade, o novo rei D. Carlos?*

*— Julgo que é um homem honesto e bem intencionado.*

*— Pois, sendo assim, prefiro ser o ultimo cidadão da monarchia, a ser o primeiro na republica que se projecta com taes republicanos.*

Dum artigo de Homem Cristo, no *Povo de Aveiro* de 12-7-1925.

# A divisão territorial portuguesa

(PLANO DE REORGANIZAÇÃO INTEGRAL)

## 1.ª PARTE

### A organização antiga

(Continuado do n.º 22)

«A região de Tras los montes tem quatro comarcas, convem a saber a de Miranda, da Torre de Mencorvo, a de Villa Real, & a de Pinhel». <sup>1</sup> Apesar de incluir a de Pinhel em Tras-os-Montes, Nunez do Leão discrimina-a em terras da Beira. De facto Tras-os-Montes teve quatro comarcas ou correições, mas só mais tarde, como veremos, pelo desmembramento da Comarca de Miranda, para se formar a de Bragança.

### Correições de Tralosmontes

#### Correição de Miranda

A cidade de Mirãda.  
Villa do Vimioso.  
Villa de Algozo.  
Villa do Outeiro.  
Villa da Bemposta.  
Villa do Mogadouro.

Cidade de Bragança.  
Villa de Vinhaes.  
Concelho de Penas Rojas.  
Concelho do Asinhoso.  
Concelho de Villar Secco da lomba-

#### Correição da torre de Mencorvo

Villa da torre de Mēcorvo.  
Villa de Moos.  
Villa de Villarinho do Castanheiro.  
Villa de villa Flor.  
Villa de Anciães.  
Villa da Alfandega.  
Villa de Mirandella.  
Villa de Freixo de Spada cinta.  
Villa de Monforte.  
Villa de Chaves.  
Cõcelho da Hervedosa.  
Concelho de Freixel.

Cõcelho de Villas boas.  
Concelho Dabreiro.  
Concelho de Fienhas.  
Concelho de Castro Vicente.  
Concelho de Lamas de Orelhão.  
Concelho de Chacim.  
Concelho dos Cortiços.  
Concelho Seselfe.  
Cõcelho da torre de Dona Chama.  
Concelho de Val de Asnas.  
Concelho de Nosellos.

<sup>1</sup> Nunez do Leão, *Descrição* fl. 3 v.

## Correição de Villa Real

Villa Real.  
 Villa de Meijão Frio.  
 Villa de Canaveses.  
 Villa de Monte alegre.  
 Concelho da Rixeira.  
 Concelho de Cannellas.  
 Concelho de Cerva.  
 Cõcelho de Pena Guião.  
 Cõcelho de Cidadelhe.  
 Concelho de Ermello.  
 Cõcelho de Barqueiros.  
 Concelho de Jales.

Cõcelho de villa Marim.  
 Concelho de Tibães.  
 Cõcelho de Gouvea de Riba Tamega.  
 Concelho de Gestaço.  
 Concelho de Mondim.  
 Concelho de Ateem.  
 Concelho de Soilhães.  
 Concelho de Favaios.  
 Concelho de Alinjo.  
 Concelho de Murça.  
 Concelho de Aguiar de Penna.  
 Concelho de Pena.<sup>1</sup>

«A região da Beira tem seis comarcas, convê a saber, a de Coimbra, a da Guarda, a de Lamego, a de Viseu, a d'Aveiro, & a de Castelbranco.»<sup>2</sup> Se lhes reunirmos a de Pí-nhel, que na *Descrição do Reino* está em sua altura, são sete.

## Correições da Beira

## Correição de Coimbra

A Cidade de Coimbra.  
 Villa de Tentugal.  
 Villa de sancta Christina.  
 Villa de Monte mór o Velho.  
 Villa da Lousã.  
 Villa de Ançã.  
 Villa de Cernache.  
 Villa de Miranda.  
 Villa de Penna Cova.  
 Villa de Catanhede.  
 Villa Nova de Ansoz.

Villa de Serpeijs.  
 Villa de Mira.  
 Villa de Goas.  
 Villa de Pombeiro.  
 Villa de Cellavisa.  
 Villa de Arganil.  
 Villa de Buarcos.  
 Villa de Redondos.  
 Villa de Pereira.  
 Concelho de Carvalho.

## Correição de Viseu

A Cidade de Viseu.  
 Villa s. Pedro de Arcas.  
 Villa de Oliveira do Cõde.  
 Villa de Bobadella.  
 Villa de Oliveira do Hospital.  
 Villa de Freixedo.  
 Villa de Cannas de Senhorim.  
 Villa de sam Daniel.

Villa de Vide do Mõte.  
 Villa de S. Comba Dãa.  
 Villa de Coja.  
 Villa de Mortagoa.  
 Concelho de Barreiro.  
 Concelho de Povolide.  
 Concelho de Ranhados.  
 Concelho de s. Olalha.

<sup>1</sup> N. do Leão, *Descrição*, fol. 5 e 5 v.

<sup>2</sup> Nunez do Leão, *Descrição*, fl. 3 v.

## ACÇÃO REALISTA

Concelho da Sabugosa.  
Concelho de Penalva.  
Concelho de Cutão.  
Concelho de Azurara.  
Cõcelho de Rio de Moinhos.  
Concelho de Maceira de aã.  
Concelho de Lobelhe de Mato.  
Concelho de Tavora.  
Concelho de Ladeiro.  
Concelho de Ferreira de Aves.  
Conselho de Galfar.  
Concelho da Silvaã.  
Concelho de Silvares.  
Concelho do Mosteiro da Hermida.  
Concelho d'Alva.  
Concelho de Moês.  
Cõcelho de Senhorim.  
Concelho de Gumieira.  
Concelho de Simide.  
Concelho de Sul.  
Concelho de Currellos.

Concelho do Cadoso.  
Cõcelho de Pero Salada.  
Concelho de Azerede.  
Concelho de Mouraz.  
Concelho de Goardão.  
Concelho de Rorijs.  
Concelho de Tavares.  
Concelho de Infiaês.  
Cõcelho de Torreselho.  
Concelho de Oliveira do Hospital.  
Concelho da Jagiosa.  
Conselho de Lagares.  
Concelho de Nogueira.  
Concelho da Aguieira.  
Concelho de Aguiar da Beira.  
Concelho de Carapito.  
Concelho de Beesteiros.  
Concelho de Cannas de Sabugosas.  
Concelho de Alvarêga.  
Concelho de Roa.  
Concelho de Pinheiro.

### Correição de Lamego

A Cidade de Lamego.  
A Villa de Valdigẽ.  
Villa de Cucanha.  
Villa de Armamar.  
Villa de Tarouca.  
Villa de Barcos.  
Villa de Tavoação.  
Villa da Grãja de Tedo.  
Villa de Britiande.  
Villa de Leomil.  
Villa de Muimenta.  
Villa de Castra d'Airo.  
Villa de Arouca.  
Villa de Cedavim.  
Villa de Oliveira de Frades.  
Concelho de Sande.  
Concelho de Maire.  
Concelho de Parada.  
Concelho de Paradas.  
Concelho de Fontello.  
Concelho de santa Cruz de Lumeares.  
Concelho de villa Secca.  
Concelho de sam Martinho de Mouros.  
Concelho do Paço de Solsever.  
Concelho de Gozerde.  
Concelho de Croio Infuido.  
Concelho de Foção.

Concelho de Campo bẽfeito.  
Concelho de Rusinde.  
Concelho de Pinheiros.  
Concelho de Longa.  
Concelho de Chaves.  
Concelho de Areosa.  
Concelho da Nogosa.  
Concelho de villa Cova Coelheira.  
Concelho de Pendilhe.  
Concelho de Aregos.  
Cõcelho de Parada dester.  
Concelho de Fragoas.  
Concelho de sam Pedro do Sul.  
Concelho de Busella.  
Concelho de Gafanlido.  
Concelho de Caldas de Lafões.  
Concelho de sam Cosmado.  
Concelho da Lanhã.  
Concelho de Ferreiros de Tendaes.  
Honra de Lalim.  
Honra de Ribadellas.  
Honra de Mezio.  
Concelho de São Christovam de Nogueira.  
Concelho de Cabril.  
Concelho de Monção.  
Concelho de Tendães.  
Concelho de Caria.

Concelho de Regas.  
 Concelho do Souto de Pena Pera.  
 Concelho de Cinfaães.  
 Concelho de Valaçãa.  
 Concelho de Paiva.  
 Concelho de Varzeas.  
 Concelho de Samfijs.

Cõcelho da Tarouçilla.  
 Concelho de Lafões.  
 Concelho de sam Joam do Monte.  
 Concelho do Castello.  
 Honra de Beba.  
 Hõra de Varzea da Serra.

**Correição da Guarda**

A Cidade da Guarda.  
 Villa de Gormello.  
 Villa de linhares.  
 Villa de Codefreira.  
 Villa de Mello.  
 Villa de Celourico.  
 Villa de Gouvea.  
 Villa de Trancoso.  
 Villa de Moreira.  
 Villa de Castiçãõ.  
 Villa de santa Marinha.  
 Villa de Fornos de Algodres.  
 Villa de Figueirõ da Granja.  
 Villa de Manteigas.  
 Villa de sea.  
 Villa de lago da Beira.  
 Villa de Avoo.  
 Villa da Feira.  
 Villa de Lourosa.  
 Villa da Vierinha.  
 Villa de Sam Romão.

Villa da Loriga.  
 Villa de Folgosinhos.  
 Villa do Barraçal.  
 Villa de Açores.  
 Concelho de Forno Telheiro.  
 Concelho de Seixo.  
 Concelho do Hervedal.  
 Concelho de Cabra.  
 Concelho do Casal do Monte.  
 Concelho de Matança.  
 Cõcelho de Castro verde.  
 Concelho de Penna verde.  
 Concelho de Algodres.  
 Cõcelho de Villa pouca.  
 Concelho do Couto de Lorvão.  
 Concelho de Farão.  
 Concelho de Sanguinheda.  
 Concelho do Casal.  
 Concelho de Valasim.  
 Concelho de Villa Cova Coelheira.  
 Concelha de Alva da Serra.

**Correçam de Aveiro**

Villa de Aveiro.  
 Villa da Arada.  
 Villa de Lanhosa.  
 Villa de Pinheiro.  
 Villa de Angeje.  
 Villa de Costa.  
 Villa de Vagos.  
 Villa de Foroços.  
 Villa de Segadaaês.  
 Villa da Ermida.  
 Villa de Trofa.  
 Villa doce da Ribeira.  
 Villa de Recordaês.  
 Villa de Paos.  
 Villa de Vouga.  
 Villa de Antoaã.  
 Villa da Guicira.  
 Villa de Bronhido.

Villa de Oliveira do Bairro.  
 Villa de Sam Galhos.  
 Villa da Esgueira.  
 Villa de Serem.  
 Villa de Sam Lourenço do Bairro.  
 Villa de Avellães de Caminha.  
 Villa de Bemposta.  
 Villa de Pereira de Gestão.  
 Villa de Villarinho do Bairro.  
 Villa de Avellãas de Cima.  
 Villa de Ovar.  
 Villa & terra da Feira.  
 Concelho de Sequijs.  
 Concelho de Ferreiros do Conde.  
 Concelho do Casal de Alvorõ.  
 Concelho de Castanheira da Beira.  
 Concelho de Soutello.  
 Concelho de Sever.

## ACÇÃO REALISTA

Concelho de Fumedo.  
Concelho de Cafanhão.

Concelho de Cambra.  
Concelho de Estevem.  
Concelho da Barca da Guarda.

### Correçam de Pinhel

Villa de Pinhel.  
Villa de Almeida.  
Villa de cinco Villas.  
Villa de Castel Rodrigo.  
Villa de Cedorvim.  
Villa de Nemão.  
Villa de Muxagata.  
Villa de Castelbom.  
Villa de Meda.  
Villa de Ranhados.  
Villa do Souto.  
Villa de Cernancelhe.  
Villa da Lamgrovea.  
Villa de Marialva.  
Villa de Castel Mendo.  
Villa de Penella.  
Villa da Povia.  
Villa de Vallongo.  
Villa do Aveloso.

Villa de Pinedono.  
Viila das Reigadas.  
Villa da Torre dos Frades.  
Villa de Almendra.  
Villa nova de Fascoa.  
Villa de Villar maior.  
Villa de Trovoês.  
Villa de san Joan da Pesqueira.  
Villa de Alfaiates.  
Villa de Paredes.  
Villa de Fonte Arcada.  
Villa de Sinclin.  
Cōcelho d'val d'Coelha.  
Concelho de Horta.  
Cōcelho da Hervedosa.  
Cōcelho do Castanheiro.  
Concelho de Valença.  
Concelho de Soutello.  
Concelho de Tavora.  
Concelho de Paredella.  
O lugar do Lamegal.

### Correição de Castello branco

Villa de Castello brãco.  
Villa de Castel Novo.  
Villa da Atalaia.  
Villa da Idanha a nova.  
Cidade da Idanha a velha.  
Villo de sam Vicente da Beira.  
Villa de Proença.  
Villa de Rodão.  
Villa do Rosmaninhal.  
Villa de Monsanto.

Villa da Bemposta.  
Villa de Penamacor.  
Villa de Covilhaã.  
Villa de Penna Garcia.  
Villa de Segura.  
Villa de Belmonte.  
Villa de Salvaterra.  
Villa de Sortelha.  
Villa de Touro.  
Villa do Sabugal.<sup>4</sup>

«A região de Alentejo tem cinco comarcas, & correições, ss. de Evora, de Beja, de Elvas, de Portalegre, e a de Estremoz.»<sup>2</sup>

<sup>1</sup> N. do Leão, *Descrição* fl. 5 v. a 8 v.

<sup>2</sup> N. do Leão, *Descrição* fl. 3 v.

## Correições do Alentejo

## Correição de Evora

A cidade de Evora.  
 Villa de Arraiolos.  
 Villa de Montouto.  
 Villa de Aguiar.  
 Villa de Montemór o novo.  
 Villa de Alvito.  
 Villa de Viana a par de Evora.  
 Villa da Alcacevas.  
 Villa do Redondo.  
 Villa nova de Alvito.

Villa do Torrão.  
 Villa de Portel.  
 Villa das Aguias.  
 Villa de Cabeção.  
 Villa de Pavya.  
 Villa de Mora.  
 Villa de Lavra.  
 Villa de Canha.  
 Villa de Ouriola.

## Correição de Estremoz

Villa de Estremoz.  
 Villa do Canal.  
 Villa de Borta.  
 Villa de Veiros.  
 Villa de Sousel.  
 Villaviçosa.  
 Villa do Cano.  
 Villa de Evoramonte.

Villa de Fronteira.  
 Villa do Vimieiro.  
 Villa de Figueira.  
 Villa de Cabeça de vide.  
 Villa de Avis.  
 Villa das Galveas.  
 Villa de Alter Pedroso.  
 Villa de Seda.

## Correição de Elvas

A cidade de Elvas.  
 Villa Boim.  
 Villa de Iurumenha.  
 Villa de Barbacena.  
 Villa Fernando.  
 Villa de Olivença.  
 Villa de Novedar.

Villa de Campo maior.  
 Villa de Ouguella.  
 Villa do Alandroal.  
 Villa de Terena.  
 Villa de Mourão.  
 Villa de Monsaraz.

## Correição de Portalegre

A Cidade de Portalegre.  
 Villa de Castel de vide.  
 Villa de Marvão.  
 Villa de Alpalhão.  
 Villa do Crato.  
 Villa de Arronches.  
 Villa de Alter do chão.  
 Villa de Alegrete.  
 Villa do Açumar.  
 Villa de Tolosa.  
 Villa de Monforte.

Villa da Pova.  
 Villa de Nisa.  
 Villa de Rees.  
 Villa das meadas.  
 Villa Flor.  
 Villa do Gavião.  
 Villa da Chancellaria.  
 Villa de Meira.  
 Villa de Montalvão.  
 Villa de Belver de entre Tejo & Guadiana.  
 Concelho da Margem.

Correição de Beja

A Cidade de Beja.  
 Villa de Beringel.  
 Villa de Ferreira.  
 Villa da Vidigueira.  
 Villa de Serpa.  
 Villa Ruiva.  
 Villa Alva.  
 Villa de Frades.  
 Villa do Marmelal.  
 Villa de Ajustrel.  
 Villa das Entradas.  
 Villa de Albergaria.  
 Villa de Agoa dos pexes.  
 Villa de Mesejena.  
 Villa de Casvel.

Villa de Panojas.  
 Villa de Castro Verde.  
 Villa de Alvalade.  
 Villa de Moura.  
 Villa de Garvão.  
 Villa de Ourique.  
 Villa de Mertola.  
 Villa de Almodouvar.  
 Villa dos Colos.  
 Villa dos Padroës.  
 Villa de Sanctiago de Caçem.  
 Villa nova de milfontes.  
 Villa de Sines.  
 Villa de Mira.<sup>1</sup>

«A região da Estremadura tem seis [comarcas], a de Lisboa, a de Santarem, de Tomar, de Alenquer, de Leiria, & de Setubal.»<sup>2</sup>

Estremadura

Correição de Santarem

Villa de Sanctarem.  
 Villa de Almeirim.  
 Villa de Muja.  
 Villa de Salvaterra.  
 Villa de Laveiras de baixo.  
 Villa de Veiras de Cima.  
 Villa de Alcanede.  
 Villa de Monte Argil.

Villa de Alcoentre.  
 Villa da Azambuja.  
 Villa de Torres novas.  
 Villa de Curuche.  
 Villa da Erra.  
 Villa de Ulme.  
 Villa da Chamusca.  
 Villa da Golegaã.

Correição de Leiria

A Cidade de Leiria.  
 Villa da Batalha.  
 Villa de Porto de Moos.  
 Villa de Alpedriz.  
 Villa de Paredes.  
 Villa de Aljubarrota.  
 Villa de Coz.  
 Villa de Maiorga.  
 Villa de Alcobaça.

Villa de Evora de Alcobaça.  
 Villa de Truquel.  
 Villa de sãta Chatherina.  
 Villa de Pederneira.  
 Villa de Cella.  
 Villa da Alverninha.  
 Villa de Alfeizirão.  
 Villa de sãõ Martinho.  
 Villa de Selir do Porto.

<sup>1</sup> N. do Leão, *Descrição* fl. 8 v — 9 v.

<sup>2</sup> N. do Leão, *Descrição* fl. 3 v.

Villa de Selir do Mato.  
 Villa de Obedos.  
 Villa das Caldas.

Villa do Cadaval.  
 Villa da Lourinhaã.  
 Villa da Atouguia.

Correição de Tomar

Villa de Tomar.  
 Villa das Pias.  
 Villa de Ferreira.  
 Villa da Eiriceira.  
 Villa de agoas Bellas.  
 Villa de Paipelle.  
 Villa de Ourem.  
 Villa de Tancos.  
 Villa da Atalaia.  
 Villa de Dornes.  
 Villa de Alvaiazere.  
 Villa de Poucos.  
 Villa de Rei.  
 Villa de Abirel.  
 Villa de Arega.  
 Villa da Sovereira fermosa.  
 Villa de Pombal.  
 Villa de Figueiró dos vinhos.  
 Villa da Gude.  
 Villa de Maçaãs de Caminha.  
 Villa de Maçaãs de Dona Maria.  
 Villa do Pedrogão grãde.  
 Villa de Punhette.  
 Villa de Avellal.  
 Villa da Redinha.

Villa do Rabaçal.  
 Villa de Palhães.  
 Villa de Pousa flores.  
 Villa de Peneller.  
 Villa de Soure.  
 Villa da Ega.  
 Villa do Chão do couse.  
 Villa de Abrantes.  
 Villa do Sardoal.  
 Villa de Maçaã.  
 Villa da Amendoa.  
 Villa de Belver.  
 Villa dos Envendos.  
 Villa da Ponte do Sor.  
 Villa da Carvoeira.  
 Villa da Abrechoeira.  
 Villa da Proença a Nova.  
 Villa das Sarzedas.  
 Villa da Sartaã.  
 Villa de Oleiros.  
 Villa de Pampilhosa.  
 Villa de Pedrogam pequeno.  
 Villa do Priorado.  
 Villa de Alvaro.  
 Concelho de Alvarões.

Correição de Alanquer

Villa de Alanquer.  
 Villa de Torres vedras.  
 Villa da Enxara dos cavalleiros  
 Villa do Monte Agraço.  
 Villa de Aldea Gallega.  
 Villa da Arruda.  
 Villa verde  
 Villa Franca de Xira.  
 Villa da Alhandra.  
 Villa da Castanheira.

Villa de Mafora.  
 Villa da Ericeira.  
 Villa de Povos.  
 Villa de Alanquer.<sup>1</sup>  
 Villa de Cintra.  
 Villa de Cascaes.  
 Villa de Chileiros.  
 Villa de Collares.  
 Villa de Bellas.

<sup>1</sup> Vem repetida na *Descrição*.

(Continúa)

*Luis Chaves.*

# Política Monárquica

A' illustre redacção da *Acção Realista* cabe-me agradecer o convite que me dirigiu para nesta revista colaborar. Não tem geralmente a minha prosa sem côr ilustrado revistas ou periodicos politicos porque sei na minha modestia conhecer-me e conhecer aqueles a quem devo ceder o passo no apostolado. Tambem me não fadou Deus com um tal espirito de politica que me leve a embrenhar-me nessa meada em que, falando tantos, tão poucos conseguem acertar.

No entanto, é-me grato condensar de vez em quando, nalgumas folhas de papel, as minhas idéas sobre politica.

Farei algumas considerações sobre politica monarquica, porque a republicana, essa não nos interessa.

O terreno em que hoje assenta a politica monarquica parece-me mais que nunca propicio para um geral entendimento, e se as tentativas revolucionarias, formadas pelo espirito de indignação que produziram primeiro, a cobarde tragedia de 1 de Fevereiro, depois, a queda da Monarquia, tiveram, todas, um fim lamentavel e se tornarão estereis por falta de coesão no mando, programa previamente assente, e, sobretudo, pelo estado triste a que a ideia monarquica chegara, mercê das importações estrangeiras dos liberalões de 34, já hoje ninguem pensa numa restauração monarquica que não seja orientada consciencamente por uma doutrina nacional, nítida e positiva.

Mas é preciso aproveitar, por todos os meios, esse terreno em que as circunstancias colocaram o problema, agora que já ninguem pensa tambem na volta da Monarquia que caíu (muito mais por culpa dos monarquicos que por sciencia republicana), com todos os erros do constitucionalismo desnacionalizador, e inimigo das nossas liberdades, quem sabe se chamado e introduzido em grande parte pelo elemento judeu que, liberto por Pombal, breve se assonhoreou, por seus elementos especiais, da influencia e do governo.

As velhas caracteristicas da massa monarquica desapareceram, salvo talvez raras e, algumas delas, honrosissimas excepções. Pode bem afoitamente dizer-se que não ha mais familias legitimistas nem familias liberais. A dura experiencia da Republica trouxe a compreensão a muita gente, o *Integralismo Lusitano*, com o valor da doutrina politica, patriotica e verdadeira, arrancou sem piedade a mascara aos embusteiros, colocou a questão no seu verdadeiro pé e advertiu a raça portuguesa do ludibrio em que a haviam feito cair com as varias ideias de importação, já hoje condenados nalguns dos mais cultos paises da Europa.

Os filhos e os netos dessas familias que se haviam debatido tão cruamente, depuzeram as armas para se aprestarem contra o inimigo comum, e assim é que pode bem dizer-se, mercê sem duvida do Integralismo — doutrina politica — ser hoje o monarquico um tradicionalista, anti-parlamentar, limpo dessa poeirada dos «imortaes principios», farrapagem com que andam mascarados os videiros, os judeus, os ambiciosos, nesse fandango em ora são deputados, senadores, ministros ou diplomatas, numa interminavel quadrilha de ridiculas marcas, para vergonha nossa.

\*

Diziamos ha pouco que a ocasião se nos antolhava propicia.

Justifica esta afirmação a trovoada que se está formando para as bandas da esquerda. Sempre me pareceu grande mal deixar que o tempo derrua um edificio para então se lhe acudir. O mesmo é dizer que me parece indigno de portugueses permitir-se na

nossa terra uma nova conflagração e uma agressão da força bruta, como revolta contra o que ela supõe ser a força inteligente do país. Toda essa revolta que se está preparando provém dum erro, erro gravissimo, que os «meneurs» exploram e vem a ser confundirem a gente que governa com a massa geral dos portugueses, que, por intelligencia, educação e por condições de hereditariedade, é monarchica, tradicionalista e catolica. Os governos republicanos, com as suas quadrilhas, mesmo as mais morigeradas, estão muito mais perto desse barbaro bolchevismo que do resto da nação, que tem na restauração da Monarchia a unica esperança de resgate.

Ora a grande maioria dos portuguezes preza o bom senso e vê que sómente na ordem está a defeza da sociedade, que os idiólogos bolchevistas querem destruir. Sendo essa maioria a que ha de sofrer o grande choque, a expoliação, o roubo, o incendio, a morte, tal como na França do sec. XVIII, e tal como na Russia de hoje, *porque não ha-de essa espantosa maioria afirmar o seu enorme poder* e não se deixar esmagar?

Pois não bastáram a morte dum grande Rei, o assassinato tragico do melhor dos Príncipes — que para Rei fôra educado —, essa outra realização do programa maçónico que foi a implantação da Republica e o 19 de Outubro (só para falar dos quatro principaes actos revolucionarios) para acordar a consciencia dos bons portuguezes que o mesmo é dizer: dos monarchicos?

Será preciso que a chacina faça correr o sangue pelas ruas, que os mais hediondos e torpes elementos das sociedades revolucionarias vão fazer leis para S. Bento com a mesma inconsciencia com que os deputados da assembleia legislativa as fizeram nas Feuillants?

Querem a propriedade arrancada á força, a emigração em massa, a fome nas cidades e nos campos, a sociedade votada ás feras com as casas saqueadas, a Familia destruida, o luto e a desgraça por toda a parte?

Querem que com o incendio e a pilhagem desapareça o resto do nosso patrimonio artistico, mais ruina sobre a ruina que nós já somos, que as artes sofram nova mutilação e se destrua por completo a nossa civilização e a nossa Cultura?

Querem outra invazão de novos ricos, tripudiando por cima dos escombros, na mascarada que já mostraram depois da guerra?

Querem a pura anarquia, mais insultos á Religião que todos professamos, maie templos arrazados, maior desrespeito, maior licença, maior castigo?

Será preciso tudo isto para que a consciencia monarchica desperte, acorde, se reconstitua e organize?

Não ha já o direito, na época em que estamos, com os modernos conhecimentos da historia, de permitir semelhantes actos de selvageria, que só desonram e degradam.

As *élites* foram feitas para governar, exactamente porque na cabeça é que está o raciocinio.

Mas é preciso *mandar bem* para que se *obedeça bem*.

Deixemo-nos, pois, por uma vez, de macaquear o estrangeiro e voltemos sem demora ao bom governo da nossa terra pelos bons sistemas nacionais. *Nos libri sumus* — *Somos livres!* foi o primeiro grito dos barões da independencia portuguesa. *Somos livres!* deve ser o nosso magnifico e altivo grito de guerra para os estrangeiros tanto de fóra como de dentro. *Nós somos livres!* tem de ser o grito de revolta contra os estrangeirismos que a maçonaria nos impõe.

\*

Por tudo isto me parece que todos devemos dar razão àqueles que entendem não se poder fazer uma monarchia sem que se possa primeiramente contar com um Rei,

Depois do Rei precisamos de *monarchicos* verdadeiros e conscientes. Este ponto é, no entanto, mais difficil de obter do que parece.

Mas contemos com os elementos de que dispomos e que eles se queiram agrupar em volta do Rei.

Portanto esse trabalho de agregar todos os monarquicos parece-me de singular importancia para o paiz saber com quem pode contar.

Essa legião de *portugueses livres*, todos com os olhos postos no Rei, deve ter toda o mesmo crêdo, a mesma doutrina, a mesma ideia, porque todos terão de gritar: *Nós somos livres, nosso Rei é livre, nossas mãos nos libertaram.*

Assim será a maneira de conjurarmos o «perigo bolchevista» porque, perante a organização poderosissima que poderemos realizar, as garras do comunismo se encolherão de vez. Mas é preciso imediatamente congregar essa força monarquica e transformá-la numa força nacional, com que o país possa contar. Para tanto uma serie de realizações se impõe. Vae longo já este artigo para entrarmos agora na sua enumeração e defesa.

Bastará que falemos hoje do que entendemos mais urgente.

Por várias razões que são óbvias, a Familia Real portuguesa, que, pelo acôrdo dinástico de Paris de 17 de Abril de 1922, reatou as suas relações com o ramo reinante da Casa de Bragança, deveria tornar-se mais conhecida da sociedade portuguesa e entrar em maior contacto com ela. Alem disso, para garantir mais eficazmente a sucessão da Corôa portuguesa (atendendo a que El Rei não tem filhos e o Príncipe D. Duarte Nuno pode tambem não deixar descendência), parece me de toda a conveniência que uma, pelo menos, das Senhoras Infantas, Augustas Irmãs do Senhor Dom Duarte Nuno, case com fidalgo português, conforme preceituam as antigas leis do Reino, para que seus descendentes possam reinar, no caso de se extinguir a linha masculina.

Esta ideia tem muitos anos de existencia. Já a virtuosa viuva d'El-Rei Dom Miguel I entendia que algumas de suas netas deveriam consorciar-se com nobres portugueses, e nesse tempo estavam vivos o Senhor Duque de Vizeu e o Principe Senhor Dom Francisco José.

Actualmente, todos o sabem, o unico sucessor d'El-Rei é o Principe Real Senhor Dom Duarte, não havendo mais nenhum principe de sangue português sucessivel, afastados, pelo casamento paterno, os sobrinhos do Senhor Dom Duarte, o actual Duque de Vizeu, Dom João de Bragança, e seu irmão Dom Miguel.

Já as Côrtes de Lamego preceituavam: «Se El-Rei de Portugal não tiver filhos varões, e tiver filha, ela será a Rainha tanto que El-Rei morrer; porém será deste modo, *não casará senão com português nobre*, e este tal se não chamará Rei senão depois que tiver da Rainha filho varão...»

Por estas razões uma Infanta portuguêsã, que venha a ter filhos portugueses, tem de ser hoje uma das mais legitimas aspirações nacionais, pois é preciso formar á roda do trôno uma Familia Real que nos dê garantias de podermos repetir: *Nós somos livres! Nós queremos ser sempre livres!*

Para sermos livres precisamos de ter um Rei, um Rei livre, uma Familia Real que garanta a sucessão e um povo monarquico, que nos defenda, com o Rei, dos males comuns.

Mas para tanto precisamos de formar monarquicos, antes ainda de fazer a Monarquia.

*Frederico Gavazzo Perry Vidal.*

## Crítica &amp; Factos

## LETRAS

«TORRE DE BABEL», prosas, de *Fidelino de Figueiredo*.

Lembro-me bem de ter ouvido ainda ha pouco tempo, ao meu illustre amigo Fidelino de Figueirêdo, um pequeno discurso no qual muito legitimamente afirmava o direito que tem os estudiosos e os eruditos — de tambem se debruçarem carinhosamente para o desafogo das belas emoções e das belas primaveras da vida. Os «Epicurismos» e, agora, a *Torre de Babel* são dois volumes que devem representar a excursão amena, a viagem libertadora do eminente investigador e crítico através duma série de motivos dispersos, mais ou menos leves, mais ou menos inéditos — mas quasi todos bastante distanciados da aridez exaustiva do seu labôr entre bibliotecas vetustas.

E assim Fidelino de Figueirêdo, principia por um belo, consciencioso e interessantissimo ensaio sobre o japonismo na nossa literatura com Wenceslau de Moraes «o homem que trocou a sua alma»; detem-se ante as figuras romanêscas de D. Pedro V e D. Estefania; proclama com alta convicção as fortes lições portuguezas e as fortes virtudes literárias do monumento camoniano; defende com autoridade e firmêsa Fernão Lopes dos ataques que lhe fazem alguns modernos injustos; exalta os romances de Concha Espina e as suas doloridas culminancias espirituais; dá-nos a conhecer o real merecimento do romancista Pereda (filho do grande Pereda); e termina por dois lucidos e comovidos estudos ácerca do mar e dos seus cantores, de Julio Diniz e da sua bondade.

Deixei de proposito, para o fim dois capitulos a que quero dar o relêvo necessario: um é aquele em que Fidelino de Figueirêdo, pondo em paralelo com acertado bom senso o culto de Camões com a histeria camilliana dos nossos contemporaneos, aconselha a leitura do épico e das suas paginas equilibradamente luzas e previne os entusiastas do romancista da perigosa má influencia dos seus espasmos desorientados; outro, o ironico e certo capítulo intitulado *Cabotinista* em que se descreve, com acerada ironia, uma das doenças graves do nosso tempo, um dos males salientes da democracia.

É Fidelino de Figueirêdo inteiramente dos nossos? Inteiramente ainda não. Mas Fidelino de Figueirêdo é um nacionalista — e Antéro, o grande Antéro, já considerava incompativeis *por natureza*, o nacionalismo e o liberalismo. De resto, em muitas das suas paginas é possível descobrir uma sólida mentalidade anti-liberal. E mesmo na *Torre de Babel*, ao acaso, dou com frases como

estas: «o constitucionalismo, que cerceou até á esterilidade a função dos soberanos»... (pag. 55); «a minha forte convicção de que a humanidade aguarda a era do heroismo», e, mais adiante: «por heroismo, entendo eu... a reconquista do direito da Inteligencia» etc... (pag. 172); «as sociedades valem o que valem as suas minorias seleccionadas por um critério positivo e ascendente». (pag. 181); e na pagina 67, ao falar de D. Pedro V, uma citação elogiosa do «Integralismo Lusitano». Quere dizer: á margem da politica pelas suas preferencias de historiador literário, Fidelino de Figueirêdo, nas suas rápidas excursions pelos problemas sociais, pende para o nosso campo. E é um prazer a mais para nós constatalo, pelo muito apreço em que temos a sua personalidade e a sua obra.

Que me perdôe o autor da «*Torre de Babel*» a forçada velocidade destes comentários e o resumo sumário que do seu livro fiz. Tanto mais que essa *Torre de Babel* merecia uma atenção mais devota e uma homenagem mais larga.

João Ameal.

AS DIRECTRIZES DA NOVA GERAÇÃO — por João Ameal.

A geração nova... Estamos infelizmente habituados a ouvir falar d'ela, — para deturpar o seu pensamento, ou apresentá-la como um cartaz de especulações ridiculas: e ora a concebem como um grupo de megalómanos, de delirantes iluminados, ora como uma tertúlia de vagos frequentadores de café, gente sceptica, vazia, sarcastica, que perdeu a fé e todas as virtudes viris, fortes, inabalaveis. A geração nova... Quantas vezes nos vemos obrigados a sorrir deante desta expressão! A gente nova, — é bom nunca o ignorarmos, — reflecte o espirito do nosso tempo que possui duas faces: uma clara, serena, de religiosa e varonil expressão, olhando o futuro com a sabedoria das disciplinas humanas; outra, pálida, doentia, olhos de escravo, que se desviou da beleza e da harmonioza visão da vida profunda e sem um protesto não interroga nem se revolta contra o presente. Se a geração nova assim se encontra dividida, na sua attitude moral e mental, perguntêmos: a quem pertence o primado da geração, que portuguezes novos se devem considerar como os interpretes da nossa época, da sede de certeza e da aspiração de espiritualidade do nosso tempo? A resposta não pode deixar de ser nítida: só os que comprehendem a nossa época e se integraram no espirito contemporâneo, definem o papel da nova geração, — a sua missão

batalhadora e construtiva de renovadores e animadores das adormecidas forças que despertam, num impulso virgem, à claridade da vida. Essas forças renascem como reacção, — isto é, um grito afirmativo, um brado de guerra, um cantico de vitória.

Exigir que todos os novos se reunissem à volta da mesma ideia e da mesma fé seria ignorar a vida com todos os seus declives e imperfeições: seria optima essa unanimidade, mas é impossível. A vida é para os fortes, para os que a olham de frente com heroísmo moral e intelectual. As gerações seguem os fortes e os reveladores do seu instinto comum e da sua missão. As gerações teem os seus conquistadores... Para traz ficam, numa penumbra, as sombras esfumadas, os débeis, os fugitivos vultos que o tempo reduzirá ao seu justo valor. Nunca confundamos a geração nova com os espectaculosos funâmbulos da publicidade, os cabotinos sem orgulho interior, os arlequins que pintáram a alma de vermelho...

João Ameal, com uma notavel agilidade de síntese, fixa as características da nova geração, as suas ideias religiosas, politicas e esteticas. «Cristo retoma o imperio...» Depois dum século de duvidas, nirvanas, desertos de alma, o Evangelho espalha a sua claridade como uma benção. Cristo atrai os homens com a aurora mistica do seu coração. Toda a verdade moral vive nesse coração martirizado, mistico sol da vida humana. Esfacelam-se, como barro fragil, as vãs filosofias: os gritos de rebelião, tragicos e brutais, calam-se perante o esplendor divino do Céu: e a paz regressa, — a paz que é humildade, exaltação das virtudes interiores, alada beatitude, segurança nas veredas da mundo. Essa renascença religiosa, que se anunciava no seculo XIX, atravez de todas as negações, encontrou no martirio da Guerra a sua ascensão. Dos holocaustos nascem auroras.

João Ameal fala deste renascimento religioso na nova geração. Mas esta religiosidade não é um espiritualismo anárquico: é catolica, consistente, forte, definida. Não é nevoa: esplende e ilumina como a luz. A Inteligencia, esclarecida pela Fé, abrange a vida num amplo panorama, e Santo Tomaz, o doutor angélico da *Philosophia perennis*, conduz a gente nova atravez da *floresta obscura* dos nossos dias.

Embora João Ameal, trate no segundo capitulo da Fé da nossa geração, devemos colocar este aspecto hierarquicamente, no primeiro plano. Na raiz de todos os problemas modernos, reside um profundo problema teológico, — como confessa George Valois. Crendo-se em Deus Creador, toda a vida se volve em harmonia, equilibrio, estabilidade essencial. Crendo-se num indefinido Deus, que não está no principio de todas as cousas, como inteligencia e vontade creadora, mas que, numa nebulose, é arrastado nas ondas da vida, — nada se explica, nada se esclarece e só a anarquia da evolução dirige o mundo. Por isso Deus, como fonte de todas as cousas, deve anteceder as nossas ideias morais, politicas e estéticas.

Em politica, a nova geração é monarchica, —

mas, entenda-se, integralmente monarchica, e «repudiou todas as culpadas utopias liberalistas... e vive hoje á margem da republica, filha desse liberalismo.» João Ameal como crítico, assim afirma a verdade. O papel das gerações novas é renovar — e não limitar-se a repetir ideias velhas que a sciencia abandonou. Monarquia constitucional e republica equivalem-se, porque os seus principios se identificam.

Mas Monarquia Integral, nacionalista, quer dizer Pátria, tradição. O nacionalismo é o protesto espontâneo, vigoroso, da nação real contra as utopias do Estado. O nacionalismo conduz á noção de Patria — e faz renascer um patriotismo militante, consciente, que não declama numa rétorica vã, mas conhece o caminho seguro. A Patria aproxima-nos dos mortos — e impõe os deveres que o passado nos indica. A Patria, continuidade viva, abrange o passado, o presente e o futuro. O seu ritmo, a sua alma, é a tradição. Perante a sua grandeza, nós sentimo-nos humildes e exaltados. Daí nasce o espirito heroico, que João Ameal foca com varonil beleza.

O que é o espirito heroico? O desejo de servir; a humildade diante dum objectivo magnifico; a exaltação das virtudes morais, que cria o desprezo da morte, nos augustos holocaustos e a renuncia à vileza dum vida baixa e deprimente. Sem esse espirito heroico, é impossível a obra de salvação comum, — o renascimento da nossa Pátria.

Nestas ligeiras notas, não seguimos a ordem do belo ensaio de João Ameal porque queremos simplesmente referir os pontos que mais nos interessaram. Mas não deixaremos passar sem uma leve referencia o seu capitulo *A geração na arte e na literatura*. João Ameal diz que a literatura da gente nova é uma torre de Babel...

A geração nova, que marcou o seu posto na politica, ainda, pelo menos, não possui uma literatura e uma arte. E porque? Por esta simples razão: a literatura não se improvisa — e os livros da gente nova são, quâse todos, feitos improvisos. O «modernismo» de alguns escritores e artistas só revela uma estéril indisciplina. Mas o que é moderno envelhece... Em breve se os «modernistas» não quiserem envelhecer, teem de procurar na tradição, «no belo e no verdadeiro», segundo a límpida fórmula de Maurras, a seiva renovadora.

No ultimo capitulo *O Caminho*, João Ameal, depois de se referir à tragica crise moral, intelectual e politica da vida portuguesa, pergunta: Qual o dever da nova geração?

E a sua resposta é firme: «Antes de mais nada tomar um nítido conhecimento das suas responsabilidades. E depois, evidentemente, satisfazê-las. As responsabilidades são tremendas. Mas são tambem gloriosas. Reconstituir o que as nossos avós abaláram ou abateram. Oh, a sacrosanta e maravilhosa tarefa! Refazer, pedra a pedra, a nacionalidade — e entregá-la, de novo, no seu destino e no seu esplendor! Seremos nós fadados para essa empreza? Se o formos só temos a agradecer a Deus porque o melhor quinhão, a me-

## «OS BARRISTAS PORTUGUÊSES» — por Luis Chaves

lhor recompensa, coubéram-nos!» E' esta a missão dos novos: reconstruir, renovar. Mas reconstruir, segundo a regra da tradição: regressarmos ao *essencial*, às virtudes abandonadas e às características esquecidas da grei. Fixemos os alicerces eternos, — e reconstruamos à luz do nosso tempo a pátria renovada!

Esse regresso não tem como objectivo o caduco, o arcaico, o transitório, — a cinza das épocas passadas: esse regresso, pelo contrario, conduz-nos de novo ao eterno, ao essencial, às razões profundas e permanentes que caracterizam a pátria e formaram uma alma colectiva, um sentido nacional, um destino histórico, de que só por inconsciência ou traição nos podemos desviar.

Arcaísmo é hoje a democracia... A tradição contem dentro de si um espirito dinâmico, renovador, que impõe á vida social uma actividade coërente, contínua e fecunda.

Há, portanto, que regressar à ideia e à mística da pátria: reconstruirmos o velho solar da Raça, e reavivar na lareira ancestral o lume votivo que ilumina todos os portuguezes na ternura duma doce irmandade. Proseguiremos depois na estrada abandonada, cavaleiros duma nova época, constructores da cidade cristã, em que a Igreja e a Pátria, unidas, renovarão as esquecidas disciplinas.

Sonho! Quiméreal! Ouço a voz dos scepticos e dos impotentes... Mas quando a mentira e o erro vencêrão, podemos duvidar do triunfo da verdade? Seguimos no rude caminho dos combates. À nossa volta a sociedade democrática e materialista, anarquizada pela rebeldia do individualismo, esquece Deus e a Pátria. A magnitude da empreza, os perigos, os sacrificios que a luta nos impõe, só exaltam a flama da nobreza viril, o espirito de heroismo, e representam altas compensações para a nossa fome de beleza e de verdade.

Na agitação do tempo, a nossa época levantou ao cimo da tempestade, como uma esperança salvadora, a arca mística das virtudes antigas. Venceremos — porque somos do nosso tempo, renovadores e, perante a democracia, revolucionarios que nunca deporão as armas com que defendem a Ordem. E, já que falámos em Ordem, não a confundamos com a *desordem organizada* da democracia.

No seu ensaio João Ameal fixou, com clareza, o espirito da nossa geração que êle coloca sob os signos harmoniosos de Deus e da Pátria. Geração votada a martirios e a redenções, geração magnifica que não transige e que vela, no exílio da nossa terra, pela alma ancestral, banida, execrada, e que se transfigurou no seu calvário! Geração que «marcou o seu posto de honra»! A essa geração João Ameal traz as suas fortes convicções e uma fé alevantada. O seu opusculo «As directrizes da nova geração» fala dessas convicções e dessa fé com o acento dum formoso espirito de portuguez.

E. G.

O liberalismo na sua fúria individualista desconhece as leis naturais de *meio* e de *raça*. Fundando a sociedade sobre a anarquia do individuo, com o romantismo dos sentidos lançados á solta, negando as dependencias fecundas (que não limitam, mas integram na vida interior) que nos ligam ao passado e aos mortos, o liberalismo arrazou, dissolveu e substituiu por abstrações e mentiras as verdades nacionais. O Estado, nascido na urna, não se criou com a substancia da pátria. A nação, partidos os seus quadros organicos, desfigurada a sua fisionomia original, concentrou-se dentro de si propria, num sono que tanto poderia ser aniquilamento como germinação de novas energias. Foram os arqueólogos e os etnógrafos que, com a sua paciencia investigadora, surpreenderam no seu segredo e no seu isolamento, a consciencia colectiva adormecida. Todo esse trabalho de investigação, esse estudo aturado, que descia a minúcias, a aspectos restritos (era um monumento vetusto, uma fonte, uma cantiga solta, perfumada como um ramo de manjaricão...) foram iluminando um tesouro escondido. E que riquissimo e espiritual tesouro! O passado tinha deposto lá toda a sua beleza! E o povo, — não o da soberania nacional, do voto, e do *méneur*! — enriquecera-o com a sua espontaneidade, a sua alegria buliçosa de arraial, a sua tristeza de idílio pastoril, a sua saudade que comove a vida como a fruta do zagal os horizontes da paizagem... Os monumentos começaram a ser estudados com um amor enternecido que se demorava diante duma pedra isolada, que o tempo patinára; os claustros abandonados ganharam amizades de artistas e de estudiosos; tumulos de antepassados foram como que alumados, por uma ternura tão bela como a claridade duma lampada piedosa; as velhas *citancias* falavam das épocas em que a nacionalidade, na germinação das suas origens, irrompia com uma galhardia invicta; e no jardim policromo do povo em que as fontes cantam suas trovas, a alma limpiada, formosa, de casta lirismo, da nossa raça, embriagou os espiritos, seduziu-os com a sua beleza que parece brotar do seio da vida clara e pura, como uma fonte duma rocha... Carreáram-se pedras para o edificio do nacionalismo. Lentamente, essa tarefa foi acordando um sentimento, que era o amor da terra, o apêgo do torrão natal, o carinho pela nossa provincia, pela nossa aldeia, pela nossa casa. Lançando raizes fundas, esse sentimento em breve encontrou as seivas da pátria, que o vitalizaram e lhe restituiram um sentido superior. A nossa lareira é uma imagem da pátria.

Luis Chaves é um discipulo dessa pleiade gloriosa da *Portugalia*. Implicitamente êle cofessa o reconhecimento que se deve aos iniciadores, dedicando o seu ultimo livro *Os Barristas Portuguezes* ao senhor dr. Leite de Vasconcelos. Continuando as investigações dos eruditos da *Portugalia*, Luiz Chaves dá-lhes com o seu nacionalismo

Integral uma finalidade sólida, consciente. Companheiro de lutas, soldado da verdade portuguesa, contamo-lo como um dos melhores valores, uma intelligencia superior e uma sensibilidade ardente, mas equilibrada. Luis Chaves, arqueólogo e etnógrafo, reabilitou o tipo caricatural, óculos sábios e caturrice amável, dos pesquisadores de pedras velhas... É, pelo contrário, um verdadeiro artista, que sente a emoção das cousas do passado e das creações do povo. Neste investigador parece habitar um historiador que, no seu convívio com o passado e com o povo, penetrou o sentido intimo, a verdade interior, da nossa história.

Em «*Os Barristas Portugêses*» Luis Chaves estuda a arte do barro no nosso país.

A Idade Média não deixou nenhuma escultura em barro, mas, diz Luis Chaves, deveriam ter acompanhado a estatuária medieval em marmore algumas tentativas plasticas em barro. No século XVI, com o profundo renovamento artistico renascente, o barro começou a ser esculpido com intuitos duma arte superior. Foi neste século que artistas como Contucci e Filipe Edouard deram ao barro a plasticidade e a elegancia da arte do Renascimento. A *Ceia dos Apostolos*, de Santa Cruz de Coimbra, embora hoje se encontre mutilada, documenta a beleza da grande escultura em barro, a que os dedos do escultor deram sopro de vida intensa. No século XVII o barro conhece a sua vitória artistica. Nos claustros, nas cercas monacaes, nos jardins fidalgos, expostas á doce claridade do sol, as esculturas em barro põem uma nota discreta de beleza. Ao pé das fontes, essas estatuas frageis e elegantes parece acompanharem, numa serena meditação, o cantico da agua jorrante.

Nesta epoca podemos citar o extraordinario escultor que foi Manuel Pereira, mais conhecido em Espanha do que no nosso país, e cujo São Bruno é uma obra genial.

Mas o século XVIII foi por excelencia o século da arte do barro, — que passou dos jardins, das cercas, dos claustros para o interior, em pequenas esculturas devotas ou profanas. Giusti deu a essa arte um novo impulso. Ensinou discipulos. Formou escola. Machado de Castro, Antonio Ferreira e tantos outros, dedicaram-se á arte do barro, esculpindo figurinhas de tão esvelta beleza, que Ramalho Ortigão as considera como verdadeiras tanagras. Todas as casas portuguesas foram invadidas por essas estatuetas, que principalmente se ostentavam nos présepjos. A divulgação dessas esculturas obrigou a arte do barro a adquirir uma feição popular — mas sempre renovada pelo talento dos mestres. Todos nós conhecemos essas deliciosas figurinhas de barro, que, mais ou menos mutiladas, ainda fizeram as delicias da nossa infancia.

No século XIX o barro perdeu o carinho dos artistas e ficou confinado á inspiração rude do povo, que o modela às vezes com um certo encanto. Eis a evolução duma arte que conheceu no século XVIII o seu esplendor, — o seu reinado de elegancia, leveza futil, humor delicado. Nos

museus ou nas colecções particulares essas estatuetas, algumas delas duma esvelteza arcádica, encantam-nos pela sua linha suave. No presepio do Convento do Coração de Jesus ha uma figurinha de camponesa que nos comunica a alegria de campos batidos de sol, de pomares vergando ao péso de frutos...

Luis Chaves ocupou-se da arte do barro com o enlévo dum artista e a competencia dum erudito. A sua monografia é uma confissão de ternura por essa arte frágil, que, no seu sorriso e na sua melancolia, se encontra tão proximo das seivas virgens do nosso génio colectivo.

E. G.

## MOMENTO NACIONALISTA

No numero 6 da *Labareda*, publicou o senhor dr. Alfredo Pimenta um curioso depoimento que merece ficar nestas paginas como a sincera confissão duma nobre intelligencia que soube encontrar a verdade atravez da «escura selva» das ideias do seu tempo:

Sou um irmão mais velho da geração actual, da geração que começa a marcar na vida e que se prepara para receber a herança, a triste e malfadada herança que nós temos que lhe deixar. Não lhe falo, nem como mestre nem como dirigente: falo-lhe como irmão mais velho.

Venho dum tempo muito diferente do de hoje. Entre a minha época e a época da geração actual, houve dois grandes factos, um nacional, outro mundial, que impozeram uma alteração integral na táboa dos valores mentais: a proclamação da Republica de 1910, e a guerra europeia de 1914. A primeira destruiu todas as illusões revolucionarias nacionais. A segunda destruiu todas as illusões revolucionarias mundiais. Da primeira safu mais forte o principio monarquico. Da segunda safu completamente desacreditado o principio democratico, e safu mais forte do que dunca o principio da nacionalidade.

Eu venho dum tempo em que a linguágem politica era completamente outra. Nós falavamos uma linguágem que os senhores hoje não entendem. Os senhores falam uma linguágem que, no meu tempo, era intraduzivel.

O esforço que nós, os da minha geração, tivemos que suportar na hora definitiva da transição nem os senhores o calculam! Como foi violento e doloroso, que poucos, da minha geração, tiveram coragem e energia para o suportarem. Tão violento e tão doloroso, que os senhores nunca serão suficientemente justos para a grandêza moral do nosso acto, e para o nobilitante sacrificio do nosso espirito.

Não falo por uma questão meramente pessoal. O lugar que ocupo na transformação das ideias em Portugal, ninguem mo tira, muito embora, uns, por vão despeito, o finjam ignorar, outros por vaidade vã, propositadamente o ocultem, outros por ignorancia, se lhe não refiram. Mas é que, nós fomos os precursôres do grande movimento reac-

cionario português, e como precursores, fomos os mais sacrificados.

A nós coube o papel difícil de de bravar terreno, delinear orientações, afrontar as primeiras cóleras, os primeiros embates. Foi ao da minha geração que coube a missão cheia de responsabilidade de fixar os primeiros alicerces. Os senhores encontram já a estrada aberta, e o edificio em começo: já tem por onde andar, já tem onde se abrigar.

Quando saí de Coimbra, a minha geração era, em politica, republicana; em filosofia social, anarquista; em religião, anti-católica.

Deus, Pátria e Rei — o lema eterno e sagrado dos Povos, era para a minha geração, quando saí de Coimbra, o lema irrisório da Ignorancia e da Estupidez: A Deus, matára-o o Filosofismo materialista, que era para nós a ultima palavra da sciencia; a Pátria, matára-a o Filosofismo acrata, que era para nós a ultima palavra da Sociologia; ao Rei, matára-o a Revolução franceza, que era para nós. o primeiro passo para a felicidade do homem.

Quando eu saí de Coimbra...

Mas quando eu saí de Coimbra, já sôb os meus olhos tinham passado as páginas magnificas de Augusto Comte, e andava eu ás voltas com os livros da *Action Française* — e os livros de Montesquieu, e o livro de Dimier sobre os Mestres da contra-revolução. Foi em 1907, senhores, ha dezoito anos — eram os senhores meninos de colo ou pouco mais. De modo que, quando saí de Coimbra, eu era já um dissidente dentro da geração: anti-democrata, anti-parlamentarista, anti-liberal! Era já um reaccionario teórico, *por negação*. Veio a Republica, e eu podia ter-me afeito ao novo estado de coisas e a esta hora seria um triunfante. Mas preferi deixar o meu Espirito seguir a traum reaccionario teórico positivo, constructivo. Já não negava auenas: afirmava. Já não me limitava a dizer o que era mal: começava a dizer o que era bem. Quando surgiu a *Nação Portuguesa*, em Abril de 1914, eu fui convidado a colaborar nela, mas não era um convertido desse instante: era

um espirito que de ha muito se afirmára na filosofia política nova, era um camarada de princípios já bem conhecido como tal, que apenas divergia na maneira de realização desses princípios. Eu cria possível uma Republica anti-democrata, uma Republica á maneira, até um certo modo da Republica franceza de 1851, uma Republica, emfim, como a que em 1918, Sidónio Pais quiz instituir.

Quebrada essa barreira que me separava dos esoiritos organizadores da *Nação Portuguesa* — naturalmente, logicamente eu estava com eles. O meu doutrinarismo é, pois, quasi contemporaneo de 1910. Quero dizer que eu e aquelles que por essa altura erguemos a bandeira reaccionaria, somos indiscutivelmente os precursores legitimos do grande movimento restaurador da Nação que hoje tão importante lugar ocupa na politica do Paiz. Há 15 anos que estamos a combater no bom combate. Ontem, eramos um grupo, uma dúzia de homens; hoje, somos legião. São os ecos da nossa voz de hontem que animam, que inspiram os clamores da legião de hoje.

Como irmão mais velho da geração actual, posso dizer-lhe que não esmoreça, não trepide, não transija, não se arreceie. Bem unida e bem decidida — Deus consinta que ela conquiste, por inteiro, o campo, e veja a victória que eu, certamente, não verei. Mas na hora luminosa do triunfo, não esqueça os seus Precursôres, aquelles que num ambiente hostil, prevertido e desordenado, tudo afrontaram para poderem semear a boa semente, para que os victoriosos de amanhã pudessem mais facilmente veucer.

Acaba de sair, neste momento em que termino este artigo, de minha casa, um velho legitimista 83 anos vigorosos, que estando em Lisboa de passagem, quiz conhecer pessoalmente quem este artigos subscreve. Trouxe-me ele palavras belas de louvôr e incitamento. São estas homenagens do Passado e os carinhos da geração nova, os premios mais valiosos para o meu Espirito. Que a sensibilidade comovida do Passado e as Esperanças puras do Futuro guiem sempre a geração actual!

## VÁRIA

### CONDESSA DE SILVES

Faleceu no Porto a senhora Condessa de Silves, mãe do nosso amigo e camarada Conde de Silves. A morte da illustre titular foi muito lamentada porque todas as obras de beneficencia tinham na sua piedade uma desvelada protecção. Ao snr. Conde de Silves, a quem o nosso movimento tanto deve, como seu delegado no Algarve, envia a *Acção Realista* a sentida expressão do seu pesar.

### «ACÇÃO ACADEMICA»

Os estudantes monarchicos da Universidade do

Porto resolveram publicar um quinzanário, que iniciou no dia 1 de agosto a sua vida. Intitula-se «Acção Académica», o que nos vem significar a vontade de agir, trabalhar e combater da nova geração escolar. O quinzanário apresenta-se com um esplendido aspecto grafico e as afirmações doutrinárias que faz são nitidas. Do seu artigo do fundo, firmado por Ricardo Lumbrales, recortamos estas passagens que definem bem a orientação e a doutrina da «Acção Académica»:

«Salvaremos a Nação! Pesado encargo! Debitada, doente, ela aí está! Tomemo-la. Extirpemos com mão firme e segura o virus que a corroe.

E como? Como sustar a queda que parece iminente? Como fortalecê-la, encorajá-la, despertar as suas energias?

— Em primeiro lugar, restituindo Deus á sociedade;

— devolvendo-lhe a sua bendita Terra de Santa Maria, implorando as suas bênçãos para ela;

— colocando O donde a república e o liberalismo maçónico irreverente e criminosamente O fizeram desaparecer;

— cristianizando e evangelizando as colónias;

— desenvolvendo o sentimento patriótico do bom povo português, pelo culto da Tradição, nacionalizando-o, incutindo-lhe o amor á terra, a fonte principal das nossas riquezas;

— assegurando a paz e a ordem no interior, a defeza e o respeito no exterior;

— reorganizando a família portuguesa, restituindo-lhe o character religioso, sem o qual a sua existencia é uma ficção, que as leis laicas lhe tiraram;

— organizando as classes proletárias, desvairadas pela propaganda de falsas ideias, harmonizando equitativamente os interesses dos patrões e operários;

— reorganizando o ensino, hoje um instrumento nas mãos do govêrno;

— prestigiando, fortalecendo e disciplinando o Exército;

— restituindo, enfim, ao povo bom, a confiança que lhe falta nos seus dirigentes.

Será um regimem republicano — e não admitimos a hipotese duma república conservadora, porque, embora muitos o não creiam, ela é irrealizável; — capaz de encetar esta reforma grandiosa? Uma república! A experiência de quasi 15 amargurados anos deve ter desenganado todos os sinceros que nela tiveram a veleidade de crer.

Resta-nos a Monarquia. Ela e só ela, poderá salvar Portugal. A Monarquia, isenta de estrangeiradas formas, a Monarquia Nacional que fez de Portugal, o pequeno torrão querido, um dos maiores impérios do mundo.

Como a Monarquia é capaz de fazer um Portugal grande e respeitado como outróra, em artigos seguintes o desenvolveremos e provaremos o seu erro a todos aqueles que professam a falsa teoria de que «o mal é de homens e não de regimem».

Das três academias do país, Coimbra, Lisboa e Pôrto, é a nossa aquela em que a reacção salvadora menos se tem feito sentir. Porque a Academia do Pôrto seja menos monarchica no fundo do que qualquer das outras? Não o cremos, e não é isso o que, quasi durante seis anos de vida académica, temos notado. Por inércia, por falta de direcção? Isso, sim. Por haver muitos iludidos que ainda acreditam e tem fé numa república conservadora (?), embora sejam terreno propício á boa doutrina? Também, e em grande número.

Para os primeiros, para os despertar, despertando-nos também a nós próprios do letargo em que jazíamos, para lhes dar a orientação que lhes

falta, e para converter os segundos, aparece a «Acção Académica».

Sem dependencia política alguma dentro da Causa Monarchica, embora a maioria dos que nela trabalham professam as ideias da «Acção Realista Portuguesa», terá sempre as suas colunas abertas a todos os estudantes, reservando-se no entanto a direcção o direito que lhe assiste de devolver os artigos cuja publicação não achar conveniente».

É com a maior alegria que lêmos estas palavras de doutrina clara e vibrante patriotismo. Não deixamos passa-la, sem a sublinhar, a confissão de que a maioria dos que nela (na «Acção Académica») trabalham professam as ideias da *Acção Realista Portuguesa*. Confissão preciosa que nos vem provar o anti-liberalismo dos estudantes, o seu forte nacionalismo, o repúdio corajoso de todas as mentiras dum século de anarquia, e de ruínas! Um vínculo estreito une-nos aos estudantes que agora frequentam as Universidades. A nossa intelligencia recebeu os mesmos ensinamentos em face da dissolução política e social da nossa terra o mesmo aspecto trágico. Orgulhosos da nossa mocidade, que não quer sujar-se no lodo duma época de regabofe materialista, não nos curvamos perante as baixas solicitações dum comodismo mole e de utilitarias transigencias... Porque? Porque sentimos no seu matirio a *austeridade e vil tristeza* de Portugal, e nos vexou no nosso sagrado orgulho de portugueses, a caricatura burlesca que d'ele fizeram. Horrivel caricatura! Trouxeram a alma religiosa e épica de Portugal para um palco de opereta...

Não morreu a alma portuguesa, — a alma da grei lusitana! Do sepulcro, em que os políticos do partido quizeram sepulta-la, éla renasce numa formosura remocada — e vive dentro de nós como uma inspiração alentadora. Os estudantes esclarecem a sua intelligencia com a claridade das ideias serenas e fortes: e abrem as suas almas á lufada dum salutar ideal patriótico, ás esperanças duma pátria livre, restituída ao sentido da sua vida colectiva. Vêmo-las a nosso lado como uma gentil Ala dos Namorados. Aproxima-se a nova Aljubarrota.

A «Acção Académica» publica na sua primeira pagina a seguinte saudação:

*A «Acção Académica», ao iniciar a sua publicação, sauda respeitosamente Sua Magestade El-Rei, o Senhor D. Manuel II, Sua Magestade a Rainha, Sua Magestade a Rainha Senhora D. Amelia, o Principe Real Senhor D. Duarte Nuno e o valeroso comandante H. de Paiva Couceiro.*

*Para todos eles vão, nesta hora de alegria, os nossos melhores votos de um proximo regresso, a esta Patria que nunca deixou de os amar e recordar.*

O orgão dos estudantes monarchicos do Porto é dirigido pelo snr. Ricardo Lumbrales, sendo o redactor principal o snr. A. P. Pires de Lima. Editor: o snr. António Baptista. Administrador: o snr. D. Francisco G. de Sotto-Mayor. As nossas saudações aos novos camaradas do bom combate.



# A ACÇÃO REALISTA PORTUGUESA

## QUERE:

A organização da sociedade tendo por células primárias a **FAMILIA, o MUNICIPIO e o SINDICATO PROFISSIONAL;**

A constituição dumas **CORTES GERAIS** representativas dos interesses da **IGREJA, da TERRA, da INTELIGENCIA e da PRODUÇÃO;**

**UM REI** que **GOVERNE** e escolha **LIVREMENTE** os seus ministros, **RESPONSAVEIS PERANTE ELE;**

Uma **MONARQUIA**, em fim, liberta de todas as mentiras democráticas, expressão fiel da **TRADIÇÃO PORTUGUESA** e do verdadeiro **INTERESSE NACIONAL.**

RESTAM POUCOS EXEMPLARES:

# A Republica Portuguesa em face da Igreja Católica e a politica do Centro Católico

por **Alfredo Pimenta**

Sensacional livro de politica portuguesa, em que são estudados problemas que interessam a todos os que se preocupam com o interesse nacional

Edição da **Acção Realista Portuguesa**

**LIVRARIA DEPOSITARIA—PORTUGAL-BRASIL**

Recebem-se pedidos na nossa administração

---

A SAIR EM OUTUBRO:

## Carta aberta aos meus amigos e companheiros

por

**H. DE PAIVA COUCEIRO**

Edição da **ACÇÃO REALISTA PORTUGUESA**

---

**A' VENDA:**

Polémicas de Camilo — por **ANTONIO CABRAL**

Barristas Portugueses — por **LUIS CHAVES**

Camilo Contra-Revolucionario } por **FERNANDO CAMPOS**

Os Nossos Mestres

O Rei — por **LUIS COSTA**

A Crise da Democracia — por **CAETANO BEIRÃO**

Claridade

As Directrizes da Nova Geração } por **JOÃO AMEAL**

---

O verdadeiro

cigarro

turco



à venda

em todas as boas

tabacarias